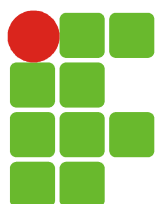




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
BAHIA**



**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL – PDI**

2009-2013

- Proposta -

Ago/2009

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA
Proposta do PDI 2009-2013

Elaboração:

- ✓ **Coordenação Geral de Planejamento – COPLAN (Julho/2008 - pdi@cefetba.br / coplan@cefetba.br)**

Renato Anunciação Filho – Pró-Reitor de Administração e Planejamento
Ana Claudia Sá Oliveira
José Guilherme Duplat Alves
Maria Auxiliadora Fernandes Caria
Paulo André Queiroz Ferreira
Sílvia Becher Breitenbach
Verônica Rosa Pereira Pestana

Estagiários: Ana Carine Matos Soares
Everson Macedo de Queiroz

- ✓ **Versão revisada pela Comissão Coordenadora Geral do PDI (Maio-Agosto/2009)**

Anderson Araújo dos Santos
Carolina Navarro Carvalho
Eduardo Marinho Barbosa
Eloisa Santos Pinto
Gonçalo Matos de Carvalho
Maria Aparecida Costa Ribeiro
Mirtânia Antunes Leão
Pedro Jorge Assis dos Santos
Renato da Anunciação Filho
Raimundo da Conceição de Jesus Fraga
Sílvia Becher Breitenbach
Wanderley José Deina

Governo Federal

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Fernando Haddad

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Eliezer Moreira Pacheco

Conselho Diretor (Ex-CEFET-BA)

Presidente

Aurina Oliveira Santana

Representantes do MEC

Sebastião Edson Moura – titular

Alex Batista Dias – suplente

Representantes da Federação das Indústrias do Estado da Bahia

Gustavo Leal Sales Filho – titular

Solange Maria Novis Ribeiro – suplente

Representantes da Federação do Comércio do Estado da Bahia

Angélica Cruz Leahy – titular

Urânia Maria da Silva Martins – suplente

Representantes da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia

Luís Tarcisio Cordeiro Pamponet – titular

Juracy Batista de Oliveira – suplente

Representantes dos Docentes

Nilton Vasconcelos Júnior – titular

Elias Ramos de Souza – suplente

Albertino Ferreira Nascimento Júnior – titular

Manoel Nunes Cavalcanti Júnior – suplente

Rogério Nadier Rodrigues – titular

Representantes dos Técnicos-Administrativo

Celiana Maria dos Santos – titular

vago - suplente

Representantes dos Discentes

(Sem indicação)

Representantes dos Ex-Alunos

(Sem indicação)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA
REITORIA

Reitora *Pró-Tempore*
Aurina Oliveira Santana

Chefe de Gabinete
Norma Souza de Oliveira

Pró-Reitor de Ensino e Assistência Estudantil (PROEN)
Albertino Ferreira Nascimento Júnior

Pró-Reitor de Extensão e Relações Comunitárias (PROEX)
Carlos D’Alexandria Bruni

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional (PRDI)
Anilson Roberto Cerqueira Gomes

Pró-Reitor de Administração e Planejamento (PROAP)
Renato Anunciação Filho

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (PRPGI)
Núbia Moura Ribeiro

Coordenador da Unidade de Auditoria Interna (UAI)
Juliano Marques de Aguiar

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA
DIRETORIA GERAL DOS CAMPI

Diretor Geral *Pró-Tempore* do Campus Barreiras

Helder Ribeiro da Silva

Diretor Geral *Pró-Tempore* do Campus Camaçari

Affonso José de Sousa Alves Filho

Diretor Geral *Pró-Tempore* do Campus Eunápolis

Ricardo Torres Ribeiro

Diretor Geral *Pró-Tempore* do Campus Porto Seguro

Georges Souto Rocha

Diretor Geral *Pró-Tempore* do Campus Salvador

João Alfredo de Almeida Barros

Diretor Geral *Pró-Tempore* do Campus Santo Amaro

Marlene Santos Socorro

Diretor Geral *Pró-Tempore* do Campus Simões Filho

Elieser Parcero Oliveira

Diretor Geral *Pró-Tempore* do Campus Valença

Humberto Teixeira Ramos

Diretor Geral *Pró-Tempore* do Campus Vitória da Conquista

Paulo Marinho de Oliveira

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE (Ex-CEFET-BA)

Presidente

Aurina Oliveira Santana

Vice-Presidente

José Martin Ucha

Representante da Diretoria de Ensino

Albertino Ferreira Nascimento Júnior

Representantes das Unidades de Ensino - UEs (Diretores)

Affonso José de Sousa Alves Filho – Camaçari

Elieser Parcerio Oliveira - Simões Filho

Georges Souto Rocha – Porto Seguro

Helder Ribeiro da Silva - Barreiras

Humberto Teixeira Ramos - Valença

João Alfredo Barros - Salvador

Marlene Santos Socorro - Santo Amaro

Paulo Marinho de Oliveira - Vitória da Conquista

Ricardo Torres Ribeiro - Eunapólis

Representantes dos Departamentos Acadêmicos (Chefes)

Departamento de Ciências Humanas e Linguagens

Fátima de Oliveira Góes Santiago

Departamento de Ciências Aplicadas

Maria Estela Smolka Ramos

Departamento de Tecnologia Mecânica e Materiais

Luís Gustavo da Cruz Duarte

Departamento de Tecnologia em Eletro-Eletrônica

José Mário Araújo

Departamento de Administração e Tecnologia em Processos Industriais e Químicos

Paula Mara Messias Costa

Representantes dos Docentes do Ensino de 2º Grau

Ronaldo Fonseca Cavalcante e Eduardo Marinho Barbosa – titulares

Jaime dos Santos Filho e Rita de Cássia Araújo Cerqueira – suplentes

Representantes dos Docentes do Magistério Superior

Mário Cezar Alves da Silva e Mirtânia Antunes Leão – titulares

Vitaly Félix Rodriguez Esquerre – suplente

Representantes Discentes do Ensino Superior

(Sem indicação)

Representantes Discentes do Ensino de 2º Grau

(Sem indicação)

Comissão Coordenadora Geral do PDI 2009-2013

Docentes indicados pela Reitora	Eduardo Marinho Barbosa Mirtânia Antunes Leão
Técnico-Administrativo indicado pela Reitora	Gonçalo Matos de Carvalho Maria Aparecida Costa Ribeiro Raimundo da Conceição de Jesus Fraga
Docente indicado pela Entidade Sindical – SINASEFE/BA	Wanderley José Deina
Docente indicado pela Entidade Sindical – APUB	Eloísa Santos Pinto
Técnico-Administrativo indicado pela Entidade Sindical – SINASEFE/BA	Pedro Jorge Assis dos Santos
Discente da Educação Profissional (Grêmio)	Anderson Araújo dos Santos
Discente da Educação Superior (DCE)	Carolina Navarro Carvalho
Pró-Reitor de Administração e Planejamento (PROAP)	Renato da Anunciação Filho
Chefe do Departamento de Planejamento (DEPLAN)	Sílvia Becher Breitenbach
Representante da Comissão Própria de Avaliação – CPA	Paulo André Queiroz Ferreira

Equipe Técnica da Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

Renato da Anunciação Filho – Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Ana Cláudia Sá Oliveira

Everson Macedo (estagiário)

José Guilherme Duplat Alves

Maria Auxiliadora Fernandes Caria

Paulo André Queiroz Ferreira

Pedro Almeida Liberato de Oliveira (estagiário)

Sílvia Becher Breitenbach

Verônica Rosa Pereira Pestana

Comissões Coordenadoras dos *Campi*

Campus Barreiras

Presidente

Helder Ribeiro da Silva

Membros

Antônio Carlos Costa Damiano

Jeová Oliveira Silva Júnior

Luiz Fernando Souza Almeida

Maria Perpétua Carvalho da Silva

Mônica Silva Oliveira

Railda de Freitas Santos

Campus Camaçari

Presidente

Affonso José de Sousa Alves Filho

Membros

Edward da Silva Abreu

Helena Luiza Oliveira Coura

Igor Gomes Santos

Luís Cláudio Silva Lima

Luiz Antônio Soussa Rezende

Víctor Macedo Viana

Campus Eunápolis

Presidente

Ricardo Torres Ribeiro

Membros

Ana Lúcia Antunes

Cherly Marcos Bozi

Daniela Pereira Contelli

Eliane Souza de Jesus

Joabe de Souza Garozi

Olinto de Oliveira Santos

Victor Dassiê de Souza

Campus Porto Seguro

Presidente

Georges Souto Rocha

Membros

Ademir da Silva Santos

Fábio Fernandes Santana

Isabela Ramos Silva

José Antônio dos Santos

José Rubens Monteiro Teixeira

Ricardo Rodrigues Mendes

Campus Salvador

Presidente

Marco Antônio Martins Barreto

Membros

Caio Rayan Freitas Viana

João Alfredo Barros de Almeida

Maria Dorotéia Costa Sobral

Miguel de Jesus Andrade Júnior

Pablo Vieira Florentino

Paulo Roberto Nilo Dantas

Vinicius Lucas de Jesus

Campus Santo Amaro

Presidente

Marlene Santos Socorro

Membros

Carlos Henrique Maia dos Santos

Heide de Jesus Damasceno

Irênio de Jesus Silva Júnior

Márcio Emanuel Dantas Estevam

Monira de Jesus Silva

Mayara de Jesus Silva

Campus Simões Filho

Presidente

Elieser Parcero de Oliveira

Membros

Cíntia Souza Santos

David dos Santos Farias

Elba Gomes dos Santos

Manuela Coutinho Montenegro Gomes

Valquíria Lima da Silva

Viviane dos Santos Caldas

Campus Valença

Presidente

Ismário Antônio Miranda

Membros

Humberto Teixeira Ramos

Cláudio Araújo dos Reis

José Moacir Fortes Saraiva

Lúcio André Andrade da Conceição

Mártony Santos de Jesus

Rosana D'Ajuda de Souza

Campus Vitória da Conquista

Presidente

Paulo Marinho de Oliveira

Membros

Adriana Martins Marques da Costa Moreira

Leonardo Barreto Campos

Marilda Borin da Cunha

Margarida Maria Flores Prates

Nara Dias Cunha

Paloma Silva Oliveira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
INTRODUÇÃO	14
1. PERFIL INSTITUCIONAL.....	17
1.1. HISTÓRICO	19
1.2. INSERÇÃO REGIONAL	27
1.3. MISSÃO	32
1.4. FILOSOFIA, PRINCÍPIOS E VALORES	32
1.5. FINALIDADES E OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	32
1.6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	34
2. SITUAÇÃO ATUAL DO IFBA.....	37
2.1. ANÁLISE DO AMBIENTE EXTERNO	37
2.1.1. CENÁRIOS.....	37
2.1.2. OPORTUNIDADES.....	45
2.1.3. AMEAÇAS.....	46
2.2. ANÁLISE DO AMBIENTE INTERNO.....	47
2.2.1. PONTOS FORTES.....	47
2.2.2. PONTOS FRACOS	48
3. VISÃO DE FUTURO	51
3.1. DIRETRIZES GERAIS	53
3.2. POLÍTICAS, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES.	54
4. ENSINO	54
4.1. POLÍTICAS DE ENSINO	54
4.2. OBJETIVO	58
4.3. EDUCAÇÃO BÁSICA	58
4.4. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	60
4.5. EDUCAÇÃO SUPERIOR	61
5. PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	62
5.1. POLÍTICAS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO.....	62
5.2. PLANO DE QUALIFICAÇÃO INSTITUCIONAL – PQI	65
5.3. QUALIFICAÇÃO ATUAL DOS SERVIDORES DA INSTITUIÇÃO	65
5.4. PESQUISA	68
5.5. PÓS-GRADUAÇÃO	71
6. EXTENSÃO	71
6.1. POLÍTICAS DE EXTENSÃO.....	71
6.2. DIMENSÕES DA EXTENSÃO	72
6.3. OBJETIVOS DA EXTENSÃO	73

6.4.	FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	76
7.	GESTÃO	78
7.1.	POLÍTICAS DE GESTÃO	78
7.2.	GESTÃO DE PESSOAS	80
7.2.1.	CORPO DOCENTE EFETIVO POR TITULAÇÃO	80
7.2.2.	CARGA HORÁRIA DE DOCENTES EFETIVOS	82
7.2.3.	QUADRO DE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO POR FORMAÇÃO/TITULAÇÃO	83
7.2.4.	TÉCNICO- ADMINISTRATIVO POR CAMPUS E CARGA HORÁRIA	83
7.3.	ACERVO BIBLIOGRÁFICO	85
7.4.	INVESTIMENTOS E CUSTEIOS.....	87
7.5.	RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) E DE AUDIOVISUAIS.....	88
8.	AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	92
8.1.	COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)	92
8.2.	POLÍTICA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	93
9.	IMPLEMENTAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	93
	REFERÊNCIAS	95
	ANEXOS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBA apresenta à comunidade o documento base do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2009-2013 (Proposta), que servirá de roteiro na elaboração do documento final, a partir da participação coletiva por meio de interação presencial nas assembleias, reuniões das comissões e pelo uso da internet.

O documento base foi inicialmente concebido pela Coordenação Geral de Planejamento – COPLAN do então CEFET-BA, em julho de 2008, e atualizado pela Comissão Coordenadora Geral (CCG) do PDI 2009-2013, instituída pela Portaria nº 923, de 03/08/2009.

O PDI proposto contempla informações institucionais do exercício 2008 e a perspectiva ao quinquênio 2009-2013, em quatro segmentos estratégicos: Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. O conjunto de dados fornecidos em cada segmento posto em correlação com os cenários tecnológico, econômico, político, legal, social, demográfico, educacional, cultural e esportivo da comunidade, inseridos em cada região em torno dos campi do IFBA, servirá de fonte para as projeções que serão indicadas pelos membros da comunidade e sistematizadas na comissão local de cada campus.

O conjunto de dados sistematizados por campus fornecerá na sua integralidade a composição dos elementos constitutivos do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFBA e que serão sistematizados pelos membros da CCG do PDI.

A Comissão Coordenadora Geral do PDI se coloca à disposição da comunidade através do e-mail pdi@ifba.edu.br, ressalta o exíguo prazo para conclusão dos trabalhos e convida a todos a participar da construção do PDI do IFBA.

INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, ao longo dos seus quase cem anos de Educação Profissional no Estado da Bahia, vem crescendo e se transformando em sincronia com a sociedade e o mundo do trabalho,

contribuindo assim, de forma significativa, para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado e, conseqüentemente, do Brasil.

Constituem-se marcas significativas dessa evolução, a expansão do número de Unidades de Ensino no Estado e a diversidade de Cursos nos vários níveis e modalidades de Ensino. Além da reconhecida qualidade do ensino da Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio, o IFBA vem se consolidando como Instituição de Ensino Superior, através da oferta de Cursos de Graduação nas modalidades Bacharelado, Licenciatura e de Cursos de Tecnologia, da implementação gradativa de Cursos de Pós-Graduação *Lato-Sensu* e do desenvolvimento de ações, objetivando a oferta de Cursos de Pós-Graduação *Stricto-Sensu*. Na área de Pesquisa, estratégias vêm sendo implementadas nos últimos anos para incentivar e reforçar a Pesquisa Científica e Tecnológica com a oferta de Bolsas para docentes e discentes, através de verbas de convênios e de recursos próprios.

A partir da publicação da Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, que implanta o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, o Ministério da Educação promoveu um processo de revisão das atribuições e competências da Secretaria de Educação Superior – SESu, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, do Conselho Nacional de Educação – CNE e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais – INEP, conferindo uma maior eficiência e eficácia aos dispositivos da Lei nº 9.394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Neste contexto, introduziu-se o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, como parte integrante do processo de avaliação das Instituições de Ensino Superior – IES que, obrigatoriamente, deve ser apresentado pela mesma no momento em que solicitar ao MEC o credenciamento ou recredenciamento da Instituição, a autorização de funcionamento de Cursos Superiores de Graduação Tecnológica e Sequenciais, o credenciamento da Instituição para a oferta de Educação a Distância e a autorização de Cursos fora do campus para as Universidades.

Ressalta-se a obrigatoriedade das Instituições de apresentar os seus PDIs a cada 05 (cinco) anos, tendo em vista o período de vigência estabelecido pela Legislação vigente.

Como dispositivos legais de orientação à elaboração do PDI, destacam-se: a Lei Nº 9.394/1996(LDB), a Lei Nº. 10.861/2004, o Decreto Nº 2.494/1998, o Decreto Nº 3.860/2001, o Decreto Nº 4.914/2003, o Decreto Nº 5.154/2004, o Decreto Nº

5.224/2004 e o Decreto Nº 5.225/2004, a Portaria MEC Nº 301/1998, a Portaria MEC Nº 1.466/2001, a Portaria MEC Nº 2.253/2001, a Portaria MEC Nº 3.284/2003, a Portaria MEC Nº 7/2004, a Portaria MEC Nº 2.051/2004, a Portaria MEC Nº 3.643/2004, a Portaria MEC Nº 4.361/2004, a Resolução CES/CNE Nº 2/1998, a Resolução CNE/CP Nº 01/1999, a Resolução CES/CNE Nº 01/2001, a Resolução CP/CNE Nº 01/2002 (art.7º), a Resolução CES/CNE Nº 10/2002 e o Parecer CES/CNE Nº 1.070/1999.

A partir da vigência dessas legislações, o IFBA que, desde o ano de 1998, havia construído o seu Planejamento Estratégico para o horizonte de 10 (dez) anos, reorientou o seu processo de Planejamento Institucional constituindo uma Comissão para a elaboração de uma proposta de Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI com vigência de outubro de 2004 a 2008.

Portanto, com a finalização da vigência do PDI em outubro de 2008, a Pró-Reitoria de Administração e Planejamento vem conduzindo o processo de construção coletiva do PDI 2009-2013, instrumento de gestão direcionador do futuro do Instituto para os próximos 05 (cinco) anos, tendo como parâmetros norteadores: a Legislação vigente, a Missão Institucional, o futuro do Mundo do Trabalho e as demandas da Sociedade.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013 do IFBA tem como objetivo planejar o seu futuro desejável a curto, médio e longo prazos, traduzindo uma visão clara dos objetivos, das diretrizes das estratégias e de metas exequíveis.

O PDI 2009-2013, como instrumento estratégico da Instituição, norteará os caminhos a serem percorridos com a projeção para o seu futuro, incorporando o planejamento institucional e as ferramentas de avaliação ao cotidiano acadêmico.

Deve refletir uma visão operacional de futuro, considerando o momento histórico atual, a realidade concreta da sociedade na qual a Instituição está inserida e os possíveis rumos para se alcançar patamares mais elevados, incorporando uma visão dialética dos processos sociais e a consciência de todos os desafios a serem superados ao longo desses 05 (cinco) anos futuros.

Vale ressaltar que a construção coletiva e a implementação do PDI 2009-2013 dependerão, fundamentalmente, da participação de todos os atores envolvidos no processo diário e contínuo de construção e reconstrução do IFBA.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia vem se consolidando como Instituição Pública de Ensino Técnico, Tecnológico e de Ensino Superior (Graduação e de Pós-Graduação) ao longo dos 100 anos da Educação Tecnológica no Estado da Bahia, com ênfase, na última década, impulsionado pelas políticas internas de democratização e investimento em infraestrutura e modernização, bem como pelas políticas do Estado Brasileiro de expansão do Ensino Profissional Técnico e Tecnológico e do Ensino Superior, ampliando a atuação do Instituto de 05 (cinco) para 17 (dezesete) campi no Estado da Bahia. Vale ressaltar que a gestão do IFBA de forma planejada, participativa e sustentável é um requisito indispensável para sua exitosa construção.

Função Social:

- Formar o cidadão Histórico-crítico, em todos os níveis e modalidades de ensino da educação profissional, fundamentado nos valores humanos da igualdade, solidariedade, ética, competente e atuante solidário no mundo do trabalho, gestor do seu conhecimento, sobretudo nas áreas da sua atuação profissional;
- Ser agente gerador e difusor do conhecimento do desenvolvimento científico, tecnológico e sociocultural inclusivo e sustentável, com ênfase na aplicada ao desenvolvimento social, com foco no Estado da Bahia.
- Desenvolver políticas e ações de extensão destinadas a criar mecanismos capazes de interagir a Instituição educacional, a sociedade e o mundo do trabalho, de forma equilibrada e laica, objetivando a formação do homem - crítico e o desenvolvimento sustentável da sociedade. Transformando a instituição num instrumento social de difusão do conhecimento e prestadora de serviços públicos a sociedade.
- Ampliar a ação institucional e seu desenvolvimento de forma a torna-se instituição Pública de ensino, extensão e pesquisa de referência no Estado da Bahia, no Brasil e internacionalmente, como uma instituição pública e gratuita que seja protótipo de excelência no âmbito da educação, ciência e tecnologia.

Perfil atual do IFBA

Momento atual da Instituição frente à sociedade:

- Reconhecimento da sociedade baiana quanto à qualidade do ensino e serviços prestados e sua relevância para a educação dentro do estado e do país;
- Imagem positiva e relevante frente ao Governo Federal;
- Alto grau de experiência acumulada na educação profissional;
- Investimento com a modernização de salas e laboratórios;
- Grande número de ações políticas e administrativas na busca da ampliação dos recursos para o investimento público no IFBA;
- Necessidade de adequação dos recursos humanos frente às demandas atuais do Instituto;
- Necessidade de ampliar a qualificação docente e do técnico administrativo;
- Necessidade do fortalecimento e ampliação da pós-graduação e extensão;
- Implantação das cotas sociais no processo de seleção;
- Ampliação do número de vagas em todos os níveis e modalidades de cursos;
- Ampliação sistemática do número de aulas de campos e visitas técnicas.

Momento atual funcional:

- Reduzido número de pessoal em razão do crescimento institucional e outros fatores;
- Necessidade de servidores qualificados nos diversos setores;
- Necessidade da ampliação e eficiência dos sistemas de comunicação institucional;
- Necessidade de capacitação de pessoal nas diversas áreas.

Momento atual discente:

- Bom nível de formação dos alunos;
- Ampliação da demanda pelos cursos oferecidos pelo Instituto;
- Necessidade da redução dos índices de evasão e repetência;
- Ampliação da quantidade de alunos com dificuldades financeiras e sociais nos últimos anos;
- Ampliação do número de bolsas de auxílio e de pesquisa.

Áreas e atuações

O IFBA tem como áreas de atuação institucionalizadas o Ensino, contemplando a Educação Profissional e Tecnológica e a Educação Superior, a Pós-Graduação, nas modalidades *Lato* e *Stricto Sensu*, a Pesquisa e Inovação, com ênfase na área Tecnológica e a Extensão.

1.1. Histórico

O IFBA tem sua origem na Escola de Aprendizes e Artífices da Bahia, que foi criada em 1909 pelo Decreto de N.º 7.566 de 23 de setembro de 1909 pelo Presidente Nilo Peçanha, junto com outras 19 (dezenove) escolas espalhadas pelo País. As suas primeiras instalações foram inauguradas no Edifício do Centro Operário, com 40 (quarenta) alunos distribuídos nos cursos de: Alfaiataria, Encadernação, Ferraria, Sapataria, e Marcenaria, cursos estes que, certamente, reportam ao tipo de industrialização da Cidade do Salvador do início do Século.

Em 1911, a Escola foi transferida para um prédio público no Largo dos Aflitos, cedido pelo Ministério da Guerra e, só em 2 de julho de 1923, centenário da

libertação da Bahia, foi lançada a pedra fundamental do novo prédio em terreno próximo ao largo da Lapinha, no bairro do Barbalho e, em 1º de maio de 1926, transferiu-se a escola para o novo edifício.

Os 02 (dois) primeiros Cursos Técnicos surgiram em 1942: Desenho de Arquitetura e Desenho de Máquinas e de Eletrotécnica, na Direção do Engenheiro Ericsson Cavalcante. Neste período a Escola passou a denominar-se Escola Técnica de Salvador.

Na gestão do Prof. José de Macedo (1952) foram extintos todos os cursos e criados os Cursos de Pontes e Estradas e Edificações. Em 1959, a Escola adquiriu autonomia didática em função da Lei nº. 3552. Na década de 60, a Escola sofreu uma grande transformação tendo a sua área construída aumentada em mais de 50%, ou seja, aumentou em 5.500m². Ainda neste período, foram criados os Cursos de Eletrotécnica, Química e Mecânica, cursos estes criados após uma pesquisa do mercado de trabalho da época. Em 1965, as Escolas Técnicas se modernizaram em função de uma grande quantidade de equipamentos do Leste Europeu, oriundos de saldos na balança comercial em favor do nosso País, tendo a Escola da Bahia recebido o maior número de itens, cerca de 50% do total de itens que foram adquiridos. Vale ressaltar que alguns desses equipamentos ainda estão em uso nos dias de hoje. No ano de 1971, em função da Lei nº. 5692, a Escola sofreu a sua segunda grande transformação: passou à seriação semestral e foram implantados os Cursos de Saneamento, Instrumentação, Metalurgia e Telecomunicações e, em 1975, foi criado o Curso de Geologia. Ainda neste período, a escola sofreu uma grande reestruturação na parte administrativa com a implantação do Regimento Interno da Escola Técnica Federal da Bahia - ETFBa e a criação dos Departamentos Acadêmicos. Em 1979, o Curso de Telecomunicações foi transformado em Eletrônica, em função das necessidades do mercado. No final dos anos oitenta e início dos anos noventa, mudou-se o tipo de seriação dos cursos técnicos que passaram de semestral para anual aumentando para quatro anos o tempo de integralização dos cursos. E, finalmente, em setembro de 1994, a ETFBa é transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - CEFET-BA, incorporando o Centro de Educação Tecnológica da Bahia – CENTEC-BA, ampliando assim os seus cursos. Além de formar Técnicos de Nível Médio, passou a formar Tecnólogos em nível de Terceiro Grau com a oferta dos cursos de: Administração Hoteleira, Manutenção, Petroquímica, Manutenção Elétrica,

Manutenção Mecânica, Telecomunicações e Processos Petroquímicos. Em 1996, com a finalização da oferta dos Cursos de Tecnologia, a Instituição deu início ao curso de Bacharelado em Administração e das Engenharias Industrial Elétrica e Industrial Mecânica e mais recentemente o Curso de Engenharia Química. Também passou a ofertar o Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Radiologia e da Licenciatura em Matemática.

Pode-se então, neste momento, desenhar o seguinte quadro da evolução do Ensino Profissional em Salvador: Escola de Aprendizes e Artífices da Bahia (formação de artesão), Liceu Industrial da Bahia, Escola Industrial de Salvador (início da formação técnica), Escola Técnica de Salvador, Escola Técnica Federal da Bahia (consolidação dos cursos técnicos), Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (verticalização do ensino) e Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia da Bahia (ampliação da oferta de vagas), onde essas transformações ocorreram no decorrer dos últimos 100 anos de história da formação profissional no Brasil.

No decorrer deste século de história da Educação Técnica no País, inúmeras mudanças ocorreram, transformando, criando e extinguindo cursos, em função dos vários momentos históricos do Brasil e do mundo.

As mudanças ocorridas nas últimas três décadas com as Leis nº. 5.692/71 (Educação Profissionalizante Compulsória); 7.044/82 (Educação Profissionalizante Facultativa); 8.948/94 (criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica), através das quais o então CEFET-BA expandiu-se com a implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs: a Portaria Ministerial nº 1.135, de 01 de agosto de 1994, criou a UNED - Barreiras; a Portaria Ministerial nº 1.718, de 15 de dezembro de 1994, criou a UNED - Vitória da Conquista; a Portaria Ministerial nº 1.719, de 15 de dezembro de 1994, criou a UNED - Eunápolis e a Portaria Ministerial nº 1.720, de 15 de dezembro de 1994, criou a UNED - Valença.

É nesse quadro contínuo de mudanças e transformações que se encontra inserido o IFBA, fruto deste processo histórico e cujo futuro está a mercê dos desígnios dos sistemas político e produtivo. Em 2004, com a publicação do Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos. 39 a 41 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, esse restabelece os Cursos Técnicos na Modalidade Integrada. Em 2005, com o Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005 é Instituído, no âmbito das Instituições Federais de Educação Tecnológica, o Programa de Integração da

Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Em 2006, o Governo Federal, a partir do Plano de Expansão da Rede Federal de Ensino Profissional, objetivando “ampliar os espaços de formação profissional e elevar o nível de escolaridade de um número cada vez maior de jovens e adultos” determinou ao CEFET-BA a tarefa de implantar as Unidades de Ensino de Simões Filho (nas instalações do antigo CENTEC), Santo Amaro, Porto Seguro e Camaçari, tendo as duas primeiras iniciado as suas atividades em 2006 e as duas últimas em 2007.

Já em 2008 o Governo sancionou a Lei 11.892 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Com essa mudança o governo já determinou a implantação dos Campi de Paulo Afonso, Jacobina, Ilhéus, Bom Jesus da Lapa, Irecê, Feira de Santana, Jequié e Seabra.

1.1. Histórico de Valença

O IFBA, como se configura hoje, foi criado por meio da Lei 11.892/2008 por transformação do CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA BAHIA, o qual foi criado através da Lei no 8.711, de 28/09/1993, por transformação da Escola Técnica Federal da Bahia – ETFBA e pela incorporação do Centro de Educação Tecnológica da Bahia – CENTEC.

Sua origem remonta ao início do século XX quando, em 1909, foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices em todas as capitais dos Estados. Instalada provisoriamente no centro da cidade de Salvador, apenas em 1926 foi transferida para um prédio apropriado localizado no Bairro do Barbalho. Em 1937 a instituição passou a ser denominada de Liceu Industrial de Salvador, ministrando ensino profissionalizante de 1º ciclo. A Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942 estendeu essa modalidade de ensino ao 2º ciclo e o Liceu recebeu o nome de Escola Técnica Federal da Bahia – ETFBA. Enquanto o Centro de Educação Tecnológica da Bahia – CENTEC foi criado pela Lei no 6.344, de 06 de julho de 1976, como autarquia federal do Ministério da Educação e Cultura.

O CEFET-BA expandiu-se com a criação e implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas – UNED. A Portaria Ministerial no 1.720 de 15 de dezembro de 1994 criou a UNED de Valença.

Em 2008 através da Lei 11.892/2008 o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia foi transformado em INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA e as UNIDADE DE ENSINO, transformaram-se em CAMPUS.

Esta instituição em Valença nasceu com um rosto bem definido, uma vez que ela foi apresentada à comunidade como: ESCOLA DE PESCA. Foi concebida no governo do presidente José Sarney em um plano de expansão do Ensino Técnico, em que eram previstas a construção de 200 escolas no país. A escolha dos locais para a instalação destas unidades constituiu-se numa briga política ferrenha e aqui para Valença, houve um trabalho desenvolvido pela Ceplac colocando a região como um potencial para receber uma escola de pesca, aliado a este trabalho, a então deputada Abigail Feitosa teve força política mais forte e trouxe esta escola para Valença ganhando a disputa com a cidade Ilhéus. A construção desta Unidade iniciou-se em 1990, já batizada de Escola de Pesca, e assim a comunidade mais antiga a chama até hoje. A inauguração ocorreu no mês de dezembro de 1994. A construção foi firmada através de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Valença e Secretaria do Ensino Técnico (SENTEC) e no final da obra o prédio foi entregue ao CEFET-BA.

Foi feita a inauguração no governo de Itamar Franco, com o prédio ainda inconcluso, só no ano seguinte ele foi efetivamente recebido pelo Cefet. O primeiro diretor tomou posse no dia 03 janeiro de 1995 e neste mesmo ano a instituição funcionou abrigando quatro turmas de pró-técnico, 160 alunos. Alunos que cursavam a oitava série em escolas públicas e aqui era dado um reforço para que eles tivessem uma melhor preparação para se submeterem ao Exame de Seleção no final do ano a fim de ingressar no Cefet. Como naquele ano, na instituição não havia nenhum funcionário nem professores, foi firmado um convênio entre o CEFET-BA e a prefeitura municipal de Valença a qual cedeu dois professores a fim de ministrarem aulas para estas turmas. Este curso era constituído pelas disciplinas de português e matemática.

Uma das marcas destes anos de funcionamento da instituição consiste na falta de uma identidade forte seja para ela mesma como também para a comunidade externa e uma oscilação no concernente ao número de matriculados ano após ano, ou seja, não há uma constância no crescimento de matrículas.

RELAÇÃO DOS DIRIGENTES QUE JA ADMINISTRARAM ESTE CAMPUS

JOSÉ MOACIR FORTES SARAIVA - 02/01/1995 - 15/12/1997

MARIA DE FÁTIMA VENTURA DOS SANTOS – 15/12/1997 – 09/03/1998

DILTON SODRÉ - 09/03/1998 – 30/08/2000

ALMIR COSTA DE SOUZA FILHO – 01/09/2000 – 05/02/2006

JOSÉ ROBERTO NUNES COSTA – 06/02/2006 – 17/08/2006

HUMBERTO TEIXEIRA RAMOS – 17/08/2006

HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DE MATRÍCULAS E CRIAÇÃO E ENCERRAMENTO DE CURSOS NO IFBA- VALENÇA

Este campus iniciou suas atividades com alunos de cursos técnicos em 1996, naquele ano foram oferecidas uma turma de técnico em Construção Naval, uma turma de técnico em Pesca, eram cursos integrados, compreendendo o Ensino Médio e o Técnico, o aluno ao sair obtinha o diploma de Técnico que também correspondia a conclusão do Ensino Médio. Além disso, foi oferecida uma turma de Pesca Especial, curso noturno de um ano e meio destinado a alunos que já haviam concluído o Ensino Médio. Além destes cursos, deu-se continuidade ao Pró-técnico, 4 turmas para alunos de escolas públicas concluintes da 8ª série. Neste ano foram matriculados 250 alunos.

No ano de 1997, foram inscritos 302 alunos, sendo uma turma de 1º ano do curso de Pesca e uma outra de Construção Naval, portanto duas novas turmas e três de Pró-técnico e Pesca Especial. Em 1998, não mais foram oferecidas novas turmas para os cursos de Pesca e Construção Naval, iniciou-se uma turma de Ensino Médio, que junto com as turmas remanescentes teve um total de matrícula de 140 alunos.

No ano seguinte, 1999, foram oferecidas três turmas de Ensino Médio e uma turma de Turismo (noturno) e junto com os alunos dos anos anteriores somou um total de 202 matrículas. Em 2000, novos cursos foram lançados: Hotelaria e Informática, que junto com os demais já oferecidos totalizou 359 matrículas. O curso de Construção Naval teve sua última turma oferecida neste ano, turma 231 com 01 aluno.

2001 constituiu-se em um ano de ouro até aqui, para este campus, uma vez que foi o ano que mais aluno matriculou, chegando a um total de 503 alunos. Aí foram criados os cursos de Aquicultura, Turismo e Hospitalidade, o curso de Pesca ofereceu

suas últimas turmas. Em 2002, nenhum curso foi criado, assim também como nenhum foi extinto, 428 alunos se inscreveram. Em 2003 houve 355 matriculados. No ano seguinte, foram oferecidos os mesmos cursos e houve uma pequena redução de matrículas, havendo 348 alunos matriculados. Em **2005**, o número de inscritos foi ainda menor, uma vez que apenas 305 alunos se matricularam, neste ano não foi mais oferecido o curso de Turismo e Hospitalidade e apareceu o curso de Meios de Hospedagem.

Em 2006 foi o ano em que houve o segundo maior número de inscritos nesta instituição, 434 alunos matriculados, foram oferecidos cursos em nova modalidade, Turismo Integrado e Informática Integrado, cursos atendendo a uma nova exigência do MEC, são cursos contemplando simultaneamente o Ensino Médio e um curso técnico. Em 2007 nova redução ficando com 406 inscritos, 2008, nova redução, pois houve 385 inscritos, mesmo tendo sido oferecido um novo curso de Integrado em Aquicultura e em 2009 pequena reação com 412 inscritos, vale ressaltar que desde o ano de 2008 não foram mais oferecidas turmas de Ensino Médio.

Eis aí um quadro da evolução do quantitativo dos alunos matriculados e também de uma redução, pois ano após ano, vê-se que em 2001 houve o dobro de matrículas do primeiro ano de funcionamento, pois em 1996 apenas 250 inscritos, em 2009 praticamente 100 alunos menos do que o registrado em 2001.

OBSERVAÇÕES

A instituição precisa ofertar mais vagas, mesmo porque se for comparado com 2001, hoje seguramente tem o dobro de professores e o quadro de funcionários está completo, enquanto naquele ano havia na unidade apenas 5 funcionários na área administrativa.

Um outro aspecto a ser observado, é que se deve fazer uma reflexão profunda no concernente ao índice de reprovação no 1º ano dos cursos integrados, uma vez que há índices elevados de alunos sendo reprovados nesta série;

Também tem de se deter urgentemente sobre a evasão, isso é alarmante nas turmas de subsequente e PROEJA, sugere-se até que haja um estudo sobre este fenômeno urgentemente a fim de que estes alunos permaneçam na instituição. Com

relação ao PROEJA os professores começaram a desempenhar suas atividades pedagógicas sem nenhum treinamento para esta nova modalidade de ensino, e isso tem também provocado prejuízos para os alunos e causado incômodo para professores.

Um dado que está presente neste ano de 2009 é com relação ao 2º e 3º ano dos cursos integrados, há uma carga horária excessiva, fazendo com que os alunos esqueçam a vida de um adolescente normal, angustiando-os com atividades excessivas nas dependências do IFBA, isto é, um grande número de aulas por semana e as tarefas passadas para casa, isso tem se mostrado agonizante e provocando frustrações para os alunos e seus familiares. Diante deste quadro, urge a necessidade de se rediscutir a duração dos cursos Integrados, pois como está o IFBA constituir-se-á em uma instituição excludente.

Há outro dado a ser levado em consideração para que se busque uma alternativa no aumento de ofertas de vagas. Hoje o Campus conta com **39** professores, sendo 12 substitutos e 27 efetivos. Tem-se **10.56** alunos por professor. Além deste quantitativo de docentes, há no Campus **31 administrativos**, sendo 7 terceirizados e 24 efetivos. Computando-se o quadro geral, tem-se uma relação de **5,8 alunos por servidor**. Além dos professores e servidores administrativos, há também **22 terceirizados** que cuidam da manutenção e limpeza do Campus, assim sendo tem uma relação de **4.4 alunos por servidor** nesta instituição. Vale ressaltar que se trata de uma relação com os alunos matriculados no início do ano, desconsiderando a evasão ocorrida durante o ano que não é pequena.

1.2. Inserção Regional

O IFBA está inserido no estado da Bahia, que entre os estados do Nordeste corresponde a 36% do PIB com mais da metade das exportações da região. A Bahia é o sexto estado brasileiro mais rico. Sua economia baseia-se na indústria (química, petroquímica, informática, automobilística e suas peças), agropecuária (cana-de-açúcar, mandioca, feijão, milho, cacau e coco), mineração, turismo e nos serviços. O estado ainda possui o Pólo Petroquímico de Camaçari e um complexo industrial da Ford Motor Company, que estão localizados nas proximidades de Salvador (o maior Complexo Industrial Integrado do Hemisfério Sul).

A Bahia é ainda o principal produtor e exportador de cacau no Brasil. Além dos importantes setores da agricultura e da indústria, o Estado tem também reservas consideráveis de minérios e de petróleo. Destaca-se também pelo o cultivo da soja que tem aumentado substancialmente no oeste do Estado.

O IFBA atualmente é constituído por 09 (nove) Campi em pleno funcionamento e 08 (oito) a serem implantados até 2010.

Implantados	
Barreiras	Santo Amaro
Camaçari	Simões Filho
Eunápolis	Valença
Porto Seguro	Vitória da Conquista
Salvador	

Em implantação	
Bom Jesus da Lapa	Jacobina
Feira de Santana	Jequié
Ilhéus	Paulo Afonso
Irecê	Seabra

1.2 Inserção Regional do Campus Valença

O IFBA – Campus Valença esta inserido entre duas importantes regiões do estado da Bahia, O litoral Sul e o Recôncavo Sul extremamente importante para o desenvolvimento sócio econômico do estado por sua diversidade a sua de potencialidades de geração de riqueza. Podendo destacar-se pelo menos em 10 áreas:

Agricultura: Produção de guaraná, Cravo da Índia, pimenta do reino, dendê, cacau, seringa, piaçava, palmito de pupunha, flores tropicais, banana, mandioca, fumo, coco, entre outros.

Aquacultura e Pesca: Pesca e Artesanal, Maricultura, Carcinicultura, Piscicultura e extração de mariscos em ambiente natural.

Pecuária: Criação de Bovinos, suínos, caprinos e eqüinos.

Energia: Gás e Petróleo, Biodiesel e Energia Elétrica.

Indústria: Têxtil, Alimentos, Borracha, Dendê, Fogos de Artifício, Calçados, Artigos Esportivos, Fumo, Palmito, cerâmica, construção civil, brinquedos.

Comercio: produtos e serviços atraindo a atenção de importantes redes do país.

Turismo: possui um dos mais importantes pólos de atração turística do estado, praia e mar, ecoturismo, esportivos, eventos juninos entre outros.

Meio – Ambiente: pela diversidade ambiental dos seus ecossistemas de fauna e flora a região possui importante e estratégias áreas de Preservação Ambiental do Estado.

Informática: proximidade com Pólo Industrial de Informática, demanda de ensino e pesquisa.

A área de atuação do Campus Valença pode abranger direta ou indiretamente as seguintes cidades:

Grupo 1:	Grupo 2:	Grupo 3:	Grupo 4:
-----------------	-----------------	-----------------	-----------------

Atuação Direta	Influencia Direta	Atuação Indireta	Influencia Indireta
Valença, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Cairú, Maraú, Camamú, Igrapiúna	Aratuípe, Jaguaripe, Nazaré, Muniz Ferreira, Salinas das Margaridas, Vera Cruz, Itaparica	Gandú, Tancredo Neves, Teolândia, Wenceslau Guimarães, Ibirapitanga.	Santo Antonio de Jesus Amargosa, Lage, Mutuípe Cruz das Almas, Ubaíra, Nova Ibiá,

É claro que, em tese, toda a população do Brasil poderia ser caracterizada como “consumidores” de cursos integrados, subsequentes e superiores, neste caso será considerado apenas o mercado que demanda ou podem demandar alunos para a IFBA - Valença e que fazem parte de uma micro região de influência como ponto de convergência não superior a 200 km de distância da base, Valença. Embora nos registros apareçam alunos de cidades como Salvador, por exemplo

TOTAL MATRÍCULAS 2009

413

ORIGEM	QTD	%
VALENÇA	312	76%
ITUBERÁ	8	2%
CAMAMU	12	3%
CAIRU	7	2%
NAZARÉ	13	3%
MUTUIPE	4	1%
SALVADOR	4	1%
SANTO ANTONIO DE JESUS	0	0%

Fonte :Coordenação de Registros Escolares.

IFBahia

- Campus Valença



Nome	Extensão Km ²	População Global	Pib Per Capita R\$	Indústria de Transformação	Matriculas no Ensino Médio
Valença	1.191	84.931	4.179	136	5.377

Santo Antonio de Jesus	259	84.256	6.373	326	3.690
Ituberá	418	23.530	3.867	43	1.453
Nazaré	256	26.506	3.607	28	1.808
Gandú	229	30.091	3.827	42	1.362
Taperoá	409	18.217	3.077	12	543
Camamú	885	32.172	2.730	34	1.761
Ibirapitanga	945	13.841	2.436	03	468
Tancredo Neves	415	22.684	2.939	10	1.232
Cairú	451	13.712	5.478	06	340
Mutuipe	273	21.181	3.077	21	746
Muniz Ferreira	114	6.990	2.597	13	270
Aratuípe	177	8.507	2.580	02	511
Nilo Peçanha	385	12.531	3.771	05	359
Wenceslau Guimarães	662	23.985	4.116	10	36
Amargosa	436	33.554	3.585	42	866
Cruz das almas	151	54.827	4.836	120	3.156
Igrapiuna	513	13.246	5.547	03	771
Ubaíra	762	20.708	2.946	13	491
Teolândia	288	12.429	2.743	05	768
Salinas das Margaridas	148	13.090	4.144	07	714
Jaguaripe	891	16.207	3.171	07	207
Lage	498	21.104	3.427	04	952
Maraú	774	17.029	2.478	06	606
Nova Ibiá	181	6.871	4.630	01	344
Itaparica	116	19.897	3.442	16	661
Vera Cruz	253	35.060	4.263	46	1.411
Total	12.080	687.156	99.866	961	30.903

Fonte: IBGE, Censo 2007.

PIB Municipal

Estrutura Setorial dos Valores Adicionados Bahia - 2006

Município	Setores (%)		
	Agropecuária	Indústria	Serviços

Bahia	7,86	30,68	61,46
Cairu	30,99	9,59	59,42
Camamu	18,56	12,71	68,73
Cruz das Almas	7,01	13,46	79,53
Gandu	14,00	11,93	74,07
Igrapiúna	61,44	4,69	33,87
Itaparica	4,49	16,44	79,08
Ituberá	18,98	14,22	66,80
Jaguaripe	33,96	8,52	57,52
Muniz Ferreira	22,24	12,62	65,14
Mutuípe	15,21	10,38	74,41
Nazaré	4,70	16,81	78,49
Nilo Peçanha	37,36	7,19	55,44
Nova Ibiá	38,07	6,72	55,21
Piraí do Norte	26,24	8,66	65,10
Presidente Tancredo Neves	26,52	9,89	63,58
Salinas da Margarida	29,36	13,31	57,33
Santo Antônio de Jesus	2,42	14,19	83,38
Sapeaçu	26,13	8,68	65,18
Taperoá	30,61	8,51	60,88
Teolândia	31,58	8,02	60,40
Ubaíra	24,47	8,64	66,88
Valença	10,76	13,90	75,34
Vera Cruz	6,04	15,18	78,78
Wenceslau Guimarães	50,04	5,37	44,60

Fonte: SEI / IBGE

1.3. Missão

“Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país”.

1.4. Filosofia, Princípios e Valores

Orienta-se a filosofia norteadora dos objetivos, metas e ações do IFBA como um espaço público de formação histórico-crítica integrada à formação técnico-científica. Entendendo “o compromisso do IFBA com a formação de cidadãos e cidadãs críticos comprometidos com as transformações estruturais necessárias à sociedade brasileira” (PPI. 2007). Tendo ainda como Princípios norteadores:

- A manutenção permanente da educação pública gratuita, laica e de qualidade;
- A defesa da autonomia institucional;
- Gestão democrática;
- Permanente sincronia com as necessidades da sociedade a serviço do desenvolvimento humano;
- Severa observância dos valores éticos, morais e humanistas;
- Respeito à pluralidade social de gênero, etnia, idéias, opções, sem qualquer restrição;
- Compromisso com o bem público, sua administração e função na sociedade;
- Compromisso com o ser humano e com processos de sua valorização.

1.5. Finalidades e Objetivos Institucionais

O IFBA constituiu-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia pela Lei 11.892 de 29 de Dezembro de 2008, por transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET-BA e conseqüentemente da Escola Técnica Federal da Bahia – ETFBA e pela incorporação do Centro de Educação Tecnológica da Bahia – CENTEC. A própria Lei dispõe sobre as finalidades do Instituto:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

1.6. Estrutura Organizacional

O IFBA é organizado em estrutura multicampi e de acordo com art. 7º, Capítulo III do seu Estatuto (Anexo 3), a administração do Instituto terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal.

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal.

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

O estatuto do Instituto Federal disporá sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior.

Os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores.

Poderão ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica.

A reitoria, como órgão de administração central, poderá ser instalada em espaço físico distinto de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que previsto em seu estatuto e aprovado pelo Ministério da Educação.

Os Reitores serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a

manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

Poderão candidatar-se ao cargo de Reitor os docentes pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que atendam a, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

- possuir o título de doutor; ou
- estar posicionado nas Classes DIV ou DV da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, ou na Classe de Professor Associado da Carreira do Magistério Superior.

O mandato de Reitor extingue-se pelo decurso do prazo ou, antes desse prazo, pela aposentadoria, voluntária ou compulsória, pela renúncia e pela destituição ou vacância do cargo.

Os Pró-Reitores são nomeados pelo Reitor do Instituto Federal, nos termos da legislação aplicável à nomeação de cargos de direção.

Em conformidade com o Capítulo III, Art. 27 e 28 do Estatuto do IFBA (Anexo 3), os campi serão dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do respectivo campus, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

Poderão candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral do campus os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações:

- preencher os requisitos exigidos para a candidatura ao cargo de Reitor do Instituto Federal;

- possuir o mínimo de 2 (dois) anos de exercício em cargo ou função de gestão na instituição; ou
- ter concluído, com aproveitamento, curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública.

A proposta orçamentária anual para atender as necessidades institucionais contempla os créditos identificados para a Reitoria e cada Campus, exceto no que diz respeito à pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

O Ministério da Educação expedirá normas complementares dispondo sobre o reconhecimento, a validação e a oferta regular dos cursos de que trata o inciso III do § 1º deste artigo.

2. SITUAÇÃO ATUAL DO IFBA

A análise da situação atual tem como objetivo identificar as condições atuais, externas e internas da instituição.

2.1. Análise do Ambiente Externo

A análise do ambiente externo compreende a identificação dos fatores ambientais que influenciam o desempenho da Instituição, integrados com os aspectos econômico, político, legal, social, demográfico, educacional, cultural, e tecnológico da comunidade na qual a instituição está inserida.

2.1.1. Cenários

Realidade mundial	Realidade brasileira
Econômico	
<ul style="list-style-type: none">• Transposição da sociedade pós – industrial para a sociedade do conhecimento;• Substituição estrutural da mão de obra pela Automação;• Acelerada evolução da tecnologia, com destaque a da Informação;• Globalização dos mercados econômicos e financeiros;• Deslocamento dos centros de produção industrial para os países em desenvolvimento;• Desemprego estrutural como fator de saúde das economias;• Crise financeira nos mercados financeiros mundial, com falência de bancos e restrição de créditos.• Alinhamento dos países em continentes junto a interesses comuns e formação	<ul style="list-style-type: none">• Abertura da economia a partir dos anos 1990;• Retomada do crescimento econômico;• Elevado índice de desemprego com expansão do trabalho informal e precarização das relações de trabalho;• Manutenção dos investimentos na geração de energia;• Dinamização e modernização do parque industrial brasileiro;• Descoberta de imensas reservas de petróleo que vem impulsionando o setor;• Grandes investimentos governamentais e privados em bio-combustíveis;• Restrição de créditos, permanência dos juros altos e redução do crescimento;• Carência de investimentos na ampliação da infraestrutura de

de blocos econômicos;	transportes.
-----------------------	--------------

Político e Legal	
Realidade mundial	Realidade brasileira
<ul style="list-style-type: none"> • Formação do Mercosul e Alca; • Fortalecimento e crescimento do terceiro setor; • Aumento da preocupação política e econômica com o meio ambiente; • Surgimento de agendas mundiais em conservação ao meio ambiente; • Presença de governos comprometidos com as questões sociais na América Latina. 	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas insuficientes no atendimento às questões sociais, embora haja indicadores de melhorias; • Fortalecimento da indústria nacional e ênfase no comércio exterior; • Reestruturação da política de educação profissional e ampliação dos investimentos; • Reforma Universitária; • Lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento; • • Ampliação dos investimentos em infraestrutura. • BAHIA • Construção do Porto Sul; • Construção da Ferrovia oeste leste; • Implantação do parque tecnológico na RMS; • Investimentos estrangeiros em telecomunicação; • Investimento no turismo com ênfase na região do São Francisco (ecoturismo), Chapada Diamantina, litoral

	<p>Norte (Costa dos coqueiros) e Sul da Bahia (Costa do Descobrimento);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recuperação e construção das estradas do Estado.
--	--

Educacional e Tecnológico	
Realidade mundial	Realidade brasileira
<ul style="list-style-type: none"> • Conscientização progressiva dos problemas sociais e ambientais; • Valorização do conhecimento como estratégia de desenvolvimento; • Utilização em massa dos meios de informação e avanço a nível mundial da Informática, como mecanismos de ampliação e difusão do conhecimento; • Ampliação da necessidade de formação dos trabalhadores; • Demandas para qualificação de professores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Demanda crescente para a educação de nível médio e superior e da educação profissional continuada; • Ampliação da oferta de vagas nas universidades privadas; • Ampliação do sistema de avaliação da educação; • Implantação dos sistemas de cotas e de bolsas públicas nas universidades privadas; • Ampliação do uso de sistemas de informação como suporte educacional; • Implantação da Universidade Aberta do Brasil – UAB; • Implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); • Expansão da Educação Profissional e Tecnológica; • Expansão da Educação Superior (REUNI); • Ênfase na formação de professores.

Regiões do Estado da Bahia Econômico

Região Metropolitana de Salvador

- Investimentos em infraestrutura de estradas e subsídios para a implantação de Indústrias;
- Implantação do parque metal-mecânico;
- Investimentos na produção de energia elétrica;
- Potencialidades da verticalização petroquímica, da implantação na área de alimentos (ração), têxtil (fiação de sisal) e construção civil (pré-moldados e painéis, alocados no segmento de extração mineral e beneficiamento);
- Presença acentuada da atividade informal.

Região Extremo Sul

- Produção de celulose do Estado;
- Investimentos no turismo, e na implantação de derivados da fruticultura;
- Implantação do segmento metal-mecânico (retífica e manutenção de máquinas em Mucuri);
- Investimentos na ampliação, dos projetos de grande porte no segmento madeireiro;
- No setor agropecuário, o Extremo-Sul possui aptidões diversas na pecuária bovina a utilização dominante, seguida do cultivo do mamão, cacau, café, coco-da-baía, abacaxi, melancia, mandioca e eucalipto;
- A silvicultura desempenha importante papel econômico na Região. Várias empresas atuam nesse segmento, orientadas para a produção de celulose e carvão de uso siderúrgico;
- Excluindo a produção de papel e celulose, essa região apresenta um baixo nível de industrialização;
- Fragilidade estrutural do sistema industrial;
- A indústria mobiliária é de pequena expressão, com 49 estabelecimentos em 1992, mas representando apenas 6,4% no cômputo global;
- Implantação de empreendimentos de grande, médio e pequeno porte, voltados à produção de óleo de dendê.

Região Oeste

- Região produtora de grãos da Bahia.
- Investimentos previstos para essa região estão alocados no segmento alimentar, 90% deles vinculados à cadeia de produção grãos-carnes.
- Barreiras principal centro econômico do Oeste.
- Fortalecimento dos laços econômicos com a rede de comercialização dos produtos, insumos e máquinas, criando novas relações sociais nos fluxos migratórios macro-regionais e nacionais.
- Barreiras reafirma-se como pólo regional, seguido por Correntina e Formosa do Rio Preto e como novos núcleos populacionais destacam-se Luís Eduardo Magalhães, Rosário, Roda Velha e Balsas.

Região Serra Geral

- Sua economia baseia-se na agricultura, fundamentalmente no algodão;
- Principal atividade é a mineração (magnesita em Brumado, garimpos de ametista em Caetité e Licínio de Almeida e extração de urânio em Lagoa Real);
- Guanambi é o principal pólo de desenvolvimento da região.
- Quase todos os investimentos previstos para essa região destinam-se ao segmento mineral.

Região Litoral Norte

- A região conta com uma base produtiva diversificada, destacando-se a exploração de petróleo e a fruticultura (laranja e coco-da-baía);
- A região dispõe de algumas aglomerações industriais que se localizam em Alagoinhas (Distrito Industrial de Sauípe), Pojuca (metalurgia de ferroligas), Entre Rios e Mata de São João (laticínios) e no município de Conde (fibras de coco);
- Há, também, atividades de beneficiamento de madeira derivadas do distrito florestal existente na região;
- Existência de grande impulso ao turismo;
- O Litoral Norte conta, também, com investimentos no segmento de bebidas e revestimentos cerâmicos, ambos localizados em Alagoinhas, maior pólo industrial da região;
- A reativação dos poços maduros e a perspectiva da perfuração e novos poços vem apontando para a região o fortalecimento do setor petrolífero e serviços afins.

Região Sudoeste.

Abrange os municípios de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, dentre outros.

- Suas principais atividades econômicas são a pecuária, principalmente em Itapetinga, e a cafeicultura;
- Forte indústria de transformação e o comércio e os serviços especialmente em Vitória da Conquista e Jequié;
- A região Sudoeste apresenta, também, um elevado crescimento na produção de carnes
- Destaca, também, na produção de leite na bacia do rio Pardo, café nos municípios de Vitória da Conquista, Barra do Choça e Planalto e hortifrutícolas em Jaguaquara e seu entorno. Em Jequié se localizam algumas indústrias alimentares e um importante pólo têxtil;
- A localização estratégica de Vitória da Conquista lhe credencia a implantar indústrias de transformação para o atendimento de mercados local, regional e nacional e a desenvolver atividades comerciais de maior porte para o mercado regional.

Região Litoral Sul

- Principais atividades econômicas o cultivo do cacau e a pecuária bovina;
- Incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento de atividades privadas na região nordeste do Brasil, configura-se o sistema industrial regional, com a criação dos distritos industriais de Itabuna, Ilhéus e Itabela. A produção industrial concentra-se nas áreas de alimentos, madeira, minerais não metálicos e eletroeletrônicos;
- Como inserção industrial mais recente, deve-se mencionar os investimentos para criar em Ilhéus um pólo de equipamentos eletrônicos, para o qual estão sendo atraídas indústrias montadoras, principalmente de computadores e televisores;
- A subárea do Extremo Sul apresenta uma base produtiva agrícola bastante diversificada, onde se destacam os cultivos perenes como cravo da índia, cacau, guaraná, seringueira, pimenta do reino, coco-da-baía, dendê, banana, laranja e café;

O setor industrial apresenta uma produção orientada para o mercado local e regional, concentração espacial, baixo nível tecnológico e escala reduzida. As unidades industriais concentram-se nos municípios de Valença, Camamu e Ituberá, representando 84,8% do total. Dos 15 gêneros industriais presentes na subárea, três

concentram 57,8% dos estabelecimentos: madeira 23,8%, alimentos 23,0%, e minerais não metálicos 11,0%. A metalurgia corresponde a 6,8% e o setor mobiliário e produtos químicos e perfumaria totalizam 1,7%.

Região Médio São Francisco

- Em Bom Jesus da Lapa está havendo a expansão na produção de frutas e hortícolas irrigadas com a mais moderna tecnologia, existem agroindústrias de conservas para exportação e um conjunto de perímetros irrigados de porte;
- Nessa região vem sendo incorporado um novo modo de exploração econômica aos sistemas produtivos das culturas tradicionais vigentes, orientado para a agroindústria e para a introdução da tecnologia de irrigação na produção de alimentos;
- Com efeito, ganham significado na sua base econômica as culturas tradicionais de cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão e arroz e, em especial, a pecuária bovina extensiva;
- A CODEVASF vem exercendo uma influência decisiva no processo de ocupação do espaço regional com a implantação de projetos de irrigação pública. Os investimentos realizados pela CODEVASF, em obras de infra-estrutura hídrica na região vêm atraindo empresários do sul do país para a instalação de projetos de irrigação, pois desembolsam apenas recursos nas inversões das parcelas ou lotes.

Região Baixo Médio São Francisco

- Tem Juazeiro como seu principal pólo de desenvolvimento. Suas principais atividades econômicas dizem respeito à agricultura irrigada, ao comércio e aos serviços;
- As indústrias nela instaladas, especialmente na cidade de Juazeiro, são bastante incipientes;
- Com efeito, ganham significado na sua base econômica as culturas tradicionais de cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão e arroz e, em especial, a pecuária bovina extensiva. A CODEVASF vem exercendo uma influência decisiva no processo de ocupação do espaço regional com a implantação de projetos de irrigação pública;
- É no Baixo Médio São Francisco que se localiza a região mais modernizada e diversificada de toda a Bahia na produção de frutas para exportação com base na irrigação;
- A localização de Juazeiro no trecho navegável do rio São Francisco que articula as regiões produtoras do Oeste, Médio e Baixo Médio São Francisco da Bahia pode

favorecer a implantação de uma infra-estrutura de transporte hidroviário que, além de possibilitar maior integração entre essas regiões, contribuiria para o desenvolvimento do turismo;

- Por sua vez, o lago de Sobradinho poderia ser melhor utilizado tanto para o turismo quanto para a atividade pesqueira. Juazeiro se destaca, também, por estar na rota de mercadorias e serviços oriundos do Sudeste brasileiro e de várias regiões da Bahia para o Nordeste, e vice-versa.

Região Irecê.

- Essa região tem em Irecê seu pólo de desenvolvimento. Sua atividade econômica principal é a cultura do feijão de que é a maior produtora da Bahia;
- Recentemente, essa região vem incrementando a horticultura e a produção de frutas com sistemas produtivos modernos;
- Sua proximidade com o vale do rio São Francisco tem contribuído para atrair novos investimentos em complexos agroindustriais como o projeto Codeverde.

Região Chapada Diamantina.

- Tem a cidade de Seabra como seu pólo principal de desenvolvimento e Lençóis, como pólo potencial. Sua principal atividade econômica é a mineração e o turismo;
- Para se desenvolver, esta região deve apoiar-se, portanto, na mineração e o turismo como setores estratégicos e, também, na agricultura irrigada e na agroindústria a ela associada em Rio de Contas.

Região Recôncavo Sul

- O Recôncavo Sul é uma das mais antigas regiões do Estado da Bahia que está a exigir uma efetiva ação governamental no sentido de integrá-la com efetividade ao processo de desenvolvimento do Estado. Suas principais cidades são Santo Amaro, Cachoeira, São Félix, Nazaré e Cruz das Almas;
- Principal atividade é a agricultura com o plantio de cana de açúcar.

Região Paraguaçu

- Essa região tem Feira de Santana como seu município mais desenvolvido. Devido a sua proximidade da RMS, Feira de Santana beneficia-se das chamadas economias de aglomeração;
- É a segunda maior concentração urbana do Estado, possui o Centro Industrial do

Subaé e conta com boa infra-estrutura;

- Esse município concentra todos os investimentos de ampliação e implantação anunciados para a região que tem, atualmente, como principais suportes econômicos, o comércio, os serviços e a indústria de transformação.

Região Piemonte da Diamantina

- É uma das mais pobres e com menor grau de urbanização da Bahia. Todos os investimentos previstos para essa região dizem respeito ao complexo mineral (cimento em Campo Formoso e cobre em Jaguarari);
- Além da mineração, que inclui o garimpo de esmeraldas, a região possui uma importante atividade pecuária com a criação de bovinos, ovinos e caprinos com grande potencial de crescimento. Outra atividade importante diz respeito à produção de sisal.

Região Nordeste

- Paulo Afonso é seu principal pólo de desenvolvimento. Sua atividade econômica principal é a agropecuária e a produção de energia elétrica;
- O turismo é uma das atividades promissoras nessa região,

Neste cenário é que se materializa a realidade e o futuro do IFBA, imerso na sociedade, sob a influência direta das políticas públicas e no turbilhão das mudanças estruturantes do mundo do conhecimento, dialeticamente mudando e evoluindo a cada momento.

Da análise do ambiente externo, identificamos as oportunidades e as ameaças presentes e futuras que poderão afetar a instituição.

As oportunidades e as ameaças são fatores externos de criação ou destruição de valor, os quais a instituição não pode controlar, mas que emergem ou da dinâmica competitiva do mercado ou de fatores demográficos, econômicos, políticos, tecnológicos, sociais e legais.

2.1.2. Oportunidades

Apesar da atual crise financeira por que passa o mundo, as perspectivas para a Educação Profissional são bastante promissoras, decorrentes da política do Governo

Federal de expansão da Educação Profissional e da ampliação do orçamento, sendo previsto para o IFBA a implantação de mais 08 (oito) Unidades em diversas regiões do Estado da Bahia, favorecendo a busca de outras fontes de orçamentos, tais como emendas, convênios, etc.

Ainda em nível de Governo Federal, podemos destacar as Políticas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que tem aberto novas oportunidades de emprego para os alunos egressos do IFBA.

Internamente o IFBA abrirá novas modalidades de cursos, como as Licenciaturas a serem implantadas em vários campi e a perspectiva de novos investimentos para estruturação e modernização do Instituto.

Conforme os cenários apresentados e das análises por regiões, deve-se verificar de que maneira o IFBA pode explorar essas potencialidades.

2.1.2. Oportunidades no Campus Valença

- Potencial regional
- Proximidade com a capital
- Política pública de expansão de cursos técnicos
- Alto número de alunos no ensino médio
- Espaço para Cursos pró – ifba
- Oferta de Estágios e Intercâmbios com empresas

2.1.3. Ameaças

Como ameaça, observamos a possibilidade da ampliação da crise financeira, provocando redução na oferta de postos de trabalho, adiando assim as políticas de expansão. Destaca-se ainda o quadro reduzido de técnicos e docentes; a ausência de recursos suficientes para capacitação dos servidores e para custeio e manutenção das unidades criadas na política expansionista da Educação Profissional e Tecnológica – EPT. Maior oferta de EPT por organizações concorrentes.

2.1.3. Ameaças no Campus Valença

- Mudança de governo com possibilidades de redução ou extinção de investimentos na área de educação profissional
- Interferências da macro-economia
- Expansão das Universidades Públicas: UFRB, UFBA

2.2. Análise do Ambiente Interno

Tem por objetivo identificar as deficiências e as qualidades da instituição. Deve ser estabelecido uma comparação com outras instituições do setor e avaliar os aspectos inerentes às áreas da instituição:

1. Recursos Humanos – reduzido número de técnicos e docentes;
2. Financeira – recursos orçamentários insuficientes;
3. Pedagógica – números de servidores reduzidos e necessidade de qualificação em EPT;
4. Patrimonial – necessidades de ampliação, manutenção, modernização e criação da estrutura física, dos laboratórios e de equipamentos;
5. Gestão – necessidade de uma política de gestão por competência e comprometimento;
6. Comunicação – melhorar os meios de difusão da informação intra-institucional;
7. Marketing – necessidade de criação de uma política mais eficiente de divulgação Institucional.

Da análise do ambiente interno, identifica-se os pontos fortes e os pontos fracos da instituição, fazendo um paralelo com a análise do ambiente externo.

Os pontos fortes e pontos fracos são fatores internos da criação ou destruição de valor, como: ativos, habilidades ou recursos que a instituição tem disponível. São potenciais que podem ser desenvolvidos e aproveitados pela instituição de forma que possa aumentar seu crescimento e melhorar sua qualidade.

2.2.1. Pontos Fortes

- Bom nível de qualidade técnica dos servidores;
- Incentivo à qualificação dos servidores;
- Liberação de novos concursos públicos para servidores;
- Ampliação do número de cursos, vagas e da capilaridade do IFBA em todo o Estado;
- Ampliação do número de Convênios;

- Reforma dos espaços físicos da Instituição.

2.2.1. Pontos Fortes para o Campus Valença

- Corpo docente e administrativo
- Localização estratégica do campus
- Nível Técnico dos Colaboradores
- Remuneração em Relação a maioria dos Setores Públicos
- Plano de Carreira com Vista no Incentivo a Capacitação
- Amplo Espaço para Novas Ampliações
- Qualidade do Serviço de Limpeza e Paisagismo da Unidade
- Estrutura Física
- Região Geográfica em que estamos inseridos(Biomas Ambientais e Potencial Energetico e Turístico)
- Credibilidade da Instituição
- Novo Modelo de Gestão com Foco na Autonomia Administrativa – Descentralização e Transparencia
- Capacidade Institucional do IFBA em Conhecimento e Experiencias Acumuladas
- Qualidade do Ensino
- Oportunidades Profissionais para Alunos
- Capacidade de Ingresso no Mercado de Trabalho e na Universidade para alunos

2.2.2. Pontos Fracos

- Políticas voltadas à inclusão social (étnica, gênero, necessidades especiais, etc.);
- Comunicação interna e externa;
- Ausência de políticas de gestão baseadas por competência;
- Desconhecimento dos objetivos e metas intra-setoriais e desarticulação com o sistema;
- Número insuficiente de servidores;
- Políticas de assistência ao educando de baixa renda (psicopedagógica, alimentar, moradia, etc.);
- Serviço Médico e Odontológico;
- Serviços terceirizados (cantina, construção civil, segurança, recepção, etc.);
- Insuficiência de recursos de Outros Custeios e Capital – OCC.

2.2.2. Pontos Fracos no Campus Valença

- Conhecimento Prévio do Aluno
- Captação de Recursos
- Aquisição de material e equipamentos
- Planejamento do campus
- Transparencia da gestão
- Infra – estrutura Atual (quadra, piscina, auditorio, refeitório, viveiros, laboratórios, espaços de convivência, numero de salas de aula)
- Capacitação de docentes
- Geração de Projetos
- Localização e Organização de Alguns Setores
- Falta de uma Política de Gestão de Pessoas (Capacitação; Liderança; Motivação; Saúde)
- Falta de Profissionais: Médico, Odontologo, Jornalista, Nutricionista, Jornalista e Tecnicos especificos.
- Falta de Segurança no entorno
- Necessidade de Ampla Reforma nas Instalações Eletricas e Hidraulicas
- Espaço Físico Construído insuficiente para estrutura setores e departamentos administrativos e atividades didáticas
- Serviço de Segurança Interna deficiente
- Problemas de acesso com reduzido e precarios transportes públicos
- Falta de Adequação de Acessabilidade e Conjuntura Atual
- Carencia de Implantação de um setor de Multimidia Moderno para atender a demanda da Instituição (Equipamentos e Pessoas)
- Ausência de Uniformização dos Procedimentos Administrativos e Definição do Layout Organizacional
- Pouca Inserção da Instituição na Comunidade Local e Pouca Visibilidade das Ações Desenvolvidas para a Comunidade Interna e Externa
- Paradigma do Modelo Anterior de Dependencia Administrativa e Financeira da Sede
- Ausencia em Nivel Local de Meios de Correição – Comissão Disciplinar e Comissão de Etica
- Baixo Nivel de Envolvimento dos Servidores na Definição das Politicas de Planejamento
- Ausencia de Critérios para Divisão/Execução Orçamentária
- Ausencia de um Plano de Marketing Institucional
- Ineficiencia dos Mecanismos de Avaliação da Gestão
- Falta de Integração com demais Campi
- Estrutura de Tecnologia da Informação deficiente
- Reduzido Numero de Parcerias/Convênios com entidades Públicas e Privadas
- Fragilidade da Politica de Assistencia Estudantil

- Acervo Bibliografico Insatisfatório
- Serviço de Cantina e Alimentação inexistentes
- Falta de Professores Efetivos
- Desorganização nos Horarios de Aula
- Falta de Novos Metodos de Avaliação da Aprendizagem
- Maior Tempo para os cursos
- Falta de Projetos envolvendo alunos
- Reciclagem e Capacitação de Professores
- Auxilio Financeiro insuficiente para todos os alunos
- Refeições insuficientes para todos os alunos
- Falta de Sistema de Dependência de Matérias
- Metodologia de Ensino de Alguns Professores
- Comodismo de Professores Efetivos
- Depen (reformulação das Politicas de Atendimento ao aluno)
- Acesso aos Vestiários limitado
- Falta de Cursos de Nivelamento e Pré Cefet

3. VISÃO DE FUTURO

É a identificação do que se visualiza para a instituição em seu futuro. É o desejo e a intenção do direcionamento e da projeção dos resultados para longo prazo, com componentes racionais, fruto de uma análise apurada de onde se quer chegar e criar compromissos internos perante o sonho desejado.

Transformar o IFBA numa Instituição de ampla referência e de qualidade de ensino no País, ampliando o número de vagas e cursos, modernizando as estruturas físicas e administrativas, bem como ampliando a sua atuação na pesquisa e inovação tecnológica.

3. Visão de Futuro no Campus Valença

Nossa visão de futuro está centrada em tornarmo-nos um centro de excelência em difusão tecnológica do ensino, pesquisa e extensão na nossa área de atuação que abrange todo o Baixo Sul da Bahia, parte do Recôncavo e parte da região sul em torno da BR 101.(ver mapas em áreas de atuação. Para necessitamos focar nossas atenções para a criação de novos cursos e vagas, capacitação de professores e técnicos, ampliação da área física e a instalação e ampliação de laboratórios e a compra de equipamentos e materiais modernos.

Entre os nossos desafios estão:

- Tornar o Campus de Valença um Centro de Excelência em Tecnologia da Informação (Redes de Computadores, Produção de Softwares e Produção e Manutenção de Computadores);
- Centro de Excelência em Educação Turística (guiamento, turismo de aventura, gastronomia) e;
- Centro de Referência Tecnologia em Aqüicultura e pesca, envolvendo as atividades de Pesca Artesanal e Oceanica e criação de peixes e mariscos.

Para atender a nossa demanda regional estaremos nos próximos 04 anos desenvolvendo estudos e pesquisas no sentido de viabilizar a implantação dos seguintes cursos:

ESTRATÉGIA	METAS	2010	2011	2012	2013
Implantar Curso Subsequente de Eletromecânica	Aumentar a oferta de vagas	40	80	120	160
Implantar Curso Integrado de Eletromecânica	Idem		40	80	120
Implantar Curso Subsequente de Meio Ambiente	Idem		40	80	120
Implantar Curso Integrado de Meio Ambiente	Idem			40	80
Implantar Curso Subsequente de Edificações	Idem			40	80
Implantar Curso Integrado de Edificações	Idem				40
Implantar Curso Subsequente de Comércio	Idem			40	80
Implantar Curso Integrado de Comércio	Idem				40
Implantar Curso Subsequente em Petróleo e Gás					40
Implantar Curso Subsequente em Enfermagem			35	70	105
Implantar Curso Subsequente em Radiologia			35	70	105
Implantar Curso Subsequente em Prótese Dentária				35	70
Implantar Curso Subsequente em Nutrição				35	70
Implantar Curso Integrado de Nutrição			35	70	105
Implantar Curso Integrado de Prótese Dentária			35	70	105
Implantar Curso Subsequente de Energia					35

Total		40	300	750	1355

3.1. Diretrizes Gerais

Em consonância com a missão do IFBA, sua função social e as diretrizes da legislação atual, bem como os programas de Governo, o PDI se estrutura a partir das seguintes Diretrizes:

1. Fortalecimento em nível estadual, nacional e internacional da identidade do IFBA;
2. Implantação do IFBA e sua estrutura de Campi;
3. Políticas de fortalecimento do ensino e ampliação do número de vagas no estado da Bahia;
4. Definição de políticas institucionais visando o fortalecimento da imagem do IFBA como Instituição de Ensino Superior;
5. Implantação de políticas de fortalecimento e ampliação da pesquisa e da pós-graduação;
6. Fortalecimento de políticas de extensão nos processos institucionais;
7. Implantação de políticas administrativas de fortalecimento e ampliação da democratização nos processos institucionais;
8. Melhoria constante da infraestrutura em todas as atividades institucionais e investimentos contínuos para promover a acessibilidade às pessoas com necessidades especiais;
9. Promover políticas institucionais visando a inclusão social (étnica, gênero, necessidades especiais, etc.);
10. Investimentos constantes na formação, capacitação, qualificação e adequação profissional de todos os servidores;
11. Implantar, desenvolver e consolidar uma política de Educação a Distância – EAD no IFBA.
12. Criação de novos Cursos: Educação Profissional e Superior, com ênfase nos cursos de licenciaturas.

3.2. Políticas, Objetivos, Estratégias e Ações.

As Políticas de Ensino do IFBA foram amplamente discutidas quando da elaboração do Projeto Pedagógico Institucional – PPI, realizado no ano de 2007 e que segue como parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Este documento, PDI, estará dando maior ênfase aos objetivos, estratégias e ações das Políticas de Gestão, para o cumprimento das Políticas Institucionais.

4. ENSINO

4.1. Políticas de Ensino

O ensino no IFBA deve ter por princípio a vinculação estreita com a ciência e a tecnologia destinada à construção da cidadania, da democracia, de defesa do meio ambiente e da vida, de criação e produção solidárias em uma perspectiva emancipadora. Deve buscar, ainda, a articulação com a pesquisa e a extensão de forma verticalizada entre os diversos níveis e modalidades de ensino e áreas técnicas/tecnológicas, promovendo oportunidades para uma educação continuada.

Neste sentido, a instituição deverá ter como objetivos:

- Ampliar o número de vagas nos cursos oferecidos;
- Estimular a implantação de cursos em todos os níveis e modalidades de ensino, de acordo com a demanda regional;
- Promover o fortalecimento dos cursos ofertados pela Instituição;
- Implantar e modernizar laboratórios e salas de aula atendendo à demanda dos cursos e ao avanço tecnológico;
- Criar mecanismos para redução da evasão, abandono e repetência;
- Promover o fortalecimento de políticas de assistência ao educando;
- Criar mecanismos que assegurem o acompanhamento pedagógico de todos os níveis e modalidades de ensino;

- Adequar os espaços e tempos escolares às necessidades dos estudantes, em particular aos com necessidades educativas especiais;
- Qualificar os servidores nas atividades acadêmicas relacionadas aos estudantes com necessidades educativas especiais;
- Atualizar, periodicamente, o acervo bibliográfico da Instituição;
- Promover a capacitação e qualificação dos servidores da Instituição;
- Criar programas permanentes de avaliação e acompanhamento das atividades de ensino;
- Articular parcerias com empresas, possibilitando a oferta de estágio curricular;
- Criar mecanismos para o fortalecimento dos programas de intercâmbio interinstitucional no Brasil e no exterior.

Neste sentido, se buscará alcançar as seguintes metas até final do quadriênio deste plano:

- Ampliar as vagas para as Licenciaturas: O IFBAHIA oferecerá 20% das vagas para as licenciaturas globalmente, porém cada campus oferecerá pelo menos uma licenciatura.
- Ofertar no mínimo 50% de vagas e matrículas no Ensino Técnico de Nível médio, principalmente integrado.
- Ofertar no mínimo 20% das vagas em cursos de Licenciaturas.
- Ofertar no mínimo 10% de vagas e matrículas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- Elevar para 90% a taxa de conclusão média de cursos profissionalizante no IF-BA.
- Elevar para 90% a taxa de conclusão média de cursos de nível superior em todos os Campi do IFBA
- Adotar o ENEM como critério de seleção e acesso aos cursos de nível superior do IFBA.
- Alcançar uma taxa de relação Professor/Aluno igual a 18, nos cursos presenciais.

As atividades de ensino referem-se às ações dos docentes diretamente vinculadas aos cursos e programas regulares, de todos os níveis e modalidades de ensino, ofertados pelo IFBA, compreendendo:

- I. Aulas (presenciais ou a distância)
- II. Atividades de manutenção de ensino;
- III. Atividade complementar de ensino.

As aulas, além das presenciais, poderão ser ministradas na modalidade de ensino a distância, desde que previstas no Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pelo Conselho Superior.

Ações necessárias para implantação de Educação a Distância (EAD)

- Viabilizar processos de credenciamento institucional para oferta de cursos de EAD;
- Elaborar projeto para implantação dos cursos na modalidade de EAD;
- Criar núcleos de EAD no IFBA para sistematizar essa modalidade em todos os campi;
- Capacitar servidores e professores-tutores para atuarem nas atividades de EAD;
- Implementar a Portaria 4.059 do MEC que permite a utilização de até 20% da carga horária dos cursos de nível superior na modalidade semi-presencial;
- Adquirir equipamentos, software gerenciador das atividades de EAD e ambientes para o desenvolvimento dessas atividades;
- Criar uma biblioteca virtual dotada de acervo bibliográfico suficiente para auxiliar os alunos durante a realização dos cursos a distância;
- Oferecer cursos de EAD em todas as modalidades regulamentadas pelo MEC.

Serão consideradas Atividades de Manutenção de Ensino as ações didático-pedagógicas do docente relacionadas ao estudo, planejamento, preparação, desenvolvimento e avaliação das aulas ministradas nos cursos e programas regulares do IFBA.

Serão consideradas Atividades Complementares de Ensino as ações do docente diretamente vinculada às matrizes curriculares e programas dos cursos regulares do

IFBA, e/ou que incidam diretamente na melhoria das condições de oferta de ensino, compreendendo:

- I. Orientação de trabalho de conclusão de curso, como monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado;
- II. Orientação de estágio curricular supervisionado;
- III. Orientação de trabalho de iniciação científica e tecnológica e iniciação científica júnior;
- IV. Atendimento ao discente;
- V. Orientação acadêmica.

As atividades complementares de ensino, regulamentadas pelo Conselho Superior, serão consideradas relevantes, se coerentes com o planejamento e com desenvolvimento das aulas, para a Coordenação de Curso e/ou Departamento Acadêmico, em articulação com a Coordenação do Programa de Graduação e/ou Pós-Graduação, quando o docente atuar nestes níveis de ensino.

5. Políticas, Objetivos, Estratégias e Ações no Campus Valença

5.1. Ensino

5.1.1. Políticas de Ensino

O IFBA enquanto instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão: prima pela promoção e formação do cidadão histórico-crítico. Nesse contexto, a política e ensino deverá estar em consonância com essa missão.

O IFBA- Valença abrange diferentes níveis de ensino nos cursos de modalidades básica, técnica, tecnólogo e superior, abraçando como principal desafio articular a pesquisa e a extensão de forma verticalizada propostas de trabalho.

Estratégias

Com o cunho de cumprir os desafios dessa política, será necessário ampliar o número de vagas nos cursos oferecidos, já que, por meio de pesquisas, constata-se que há uma demanda regional significativa. Para tanto, apresentar-se-á propostas para implantação de novos nesta instituição.

No entanto, para implantá-los, é preciso: adaptar a estrutura física do IFBA-Valença; criar mais laboratórios e modernizar os existentes; construir novas salas de aula e adquirir equipamentos que deem suporte à ação docente. Ainda, na estrutura física, é de suma importância readaptá-la com o objetivo de permitir o acesso de alunos portadores de necessidades especiais.

No que refere aos servidores, em especial o corpo docente, tornar-se-á importante promover a capacitação que envolva o trabalho com discentes portadores de necessidades especiais, o desenvolvimento de competências pedagógicas, a criação de mecanismos para a redução de abandono, de evasão e de repetência.

No currículo dos cursos do IFBA, é fundamental contemplar ações que visem ao combate à pobreza e à desigualdade social, bem como um programa permanente de avaliação e acompanhamento das atividades de ensino. No que tange o acervo bibliográfico, dever-se-á atualizá-lo e ampliá-lo periodicamente de acordo com as necessidades de cada curso.

De acordo com a legislação vigente que regula o Estágio a unidade de ensino buscará parcerias com empresas, objetivando o ingresso do discente no mercado de trabalho.

Entende-se por atividade de ensino todas as ações que dão suporte à docência como: aula, atividade complementar e atividade de manutenção de ensino. As aulas, além de serem ofertadas na modalidade presencial, podem ser ministradas na modalidade à distância (EaD), sob a condição de ser aprovada pelas instâncias responsáveis, bem como estar prevista no Projeto Pedagógico do Curso.

4.2. Objetivo

“Atender as demandas de ensino da sociedade com a oferta de cursos de Educação Básica, Educação Profissional, Educação Superior e Pós-Graduação de qualidade”.

4.3. Educação Básica

Tabela 1 - Alunos Matriculados no Ensino Médio

Ensino Médio (2008)		
CURSO	CAMPUS	Nº de Alunos Matriculados
	Salvador	205
	Simões Filho	26
	Barreiras	17
	Eunápolis	169

Ensino Médio	Santo Amaro	-
	Valença	57
	Camaçari	-
	Porto Seguro	-
	Vitória da Conquista	16
TOTAL		490

Fonte: Relatório de Gestão 2008

Tabela 2 - Projeção de Alunos Matriculados no Ensino Médio

Objetivos	Metas (%)	Ano				
		2009	2010	2011	2012	2013
Em extinção	-	114	0	0	0	0

Fonte: Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

4.4. Educação Profissional

Tabela 3 - Alunos matriculados na Educação Profissional (2008)

MODALIDADE	CAMPUS	Nº de alunos matriculados
		1º Sem
Subsequente	Salvador	1431
	Simões Filho	883
	Barreiras	224
	Eunápolis	62
	Santo Amaro	473
	Valença	104
	Camaçari	80
	Porto Seguro	114
	Vitória da Conquista	160
Subtotal		3.531
Integrada	CAMPUS	Nº de alunos matriculados
	Salvador	1275
	Simões Filho	287
	Barreiras	443
	Eunápolis	162
	Santo Amaro	211
	Valença	206
	Camaçari	160
	Porto Seguro	80
Vitória da Conquista	284	
Subtotal		3.108
PROEJA	CAMPUS	Nº de alunos matriculados
		1º Sem.
	Salvador	76
	Barreiras	12
	Eunápolis	21
Valença	60	
Vitória da Conquista	31	
Subtotal		200
TOTAL		6.839

Fonte: Relatório de Gestão 2008

Tabela 4 - Projeção de Alunos Matriculados na Educação Profissional Campus Valença

Objetivos	Metas (%)	Ano				
		2009	2010	2011	2012	2013
Divulgação dos cursos oferecido no IFBA-Valença	Aumentar a oferta de vagas	279	382	461	461	434
			120	110	155	195
			160	160	160	160
Criação e consolidação de novos	Implantação de 02 cursos Subsequente: Guiamento e Alimentos e					

cursos Subsequente	Bebidas					
	TOTAL	270	662 - 602	731 - 676	776 - 658	789 - 691

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino

4.5. Educação Superior

Tabela 5 - Alunos matriculados na Educação Superior (2008)

MODALIDADE	CAMPUS	Nº de Alunos Matriculados
		1º Sem.
Bacharelado	Salvador	788
	Vitória da Conquista	134
	Subtotal	922
Licenciatura	Barreiras	-
	Eunápolis	108
	Subtotal	108
Tecnologia	Salvador	90
	Subtotal	90
	TOTAL	1.120

Fonte: Relatório de Gestão 2008

Tabela 6 - Projeção de Alunos Matriculados na Educação Superior no Campus Valença

Objetivos	Metas (%)	Ano				
		2009	2010	2011	2012	2013
Criação e consolidação dos cursos de licenciatura	Implantação de 04 cursos de licenciatura: Matemática Biologia Física Química Computação		X (40)	X (80) X (40) X (40) X (40)	X (120) X (80) X (80) X (80)	X (160) X (120) X (120) X (120)
Criação de curso de em área de engenharia	Implantação do curso de engenharia de alimentos e bebidas				X (40)	X (80)
Criação de curso em nível tecnológico	Implantação dos cursos tecnológicos de: Eventos Hotelaria Desenvolvimento de sistemas(informática)				X (40)	X (80) X (40)

TOTAL		80	200	440	720	
-------	--	----	-----	-----	-----	--

5. Pesquisa e Pós-Graduação

5.1. Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação

O IFBA conta, em sua estrutura, com uma Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PRPGI, tendo por finalidade elaborar, planejar e executar a política de pesquisa científica e tecnológica e de inovação da Instituição.

Existem, certificados pelo IFBA e cadastrado na base de dados do CNPq, até 2008, 25 (vinte e cinco) núcleos/grupos de pesquisas estruturados em diversas linhas de estudo: *Núcleo de Ciências Ambientais, Projetos e Pesquisas – NUCAPP; Núcleo de Estudos em Trabalhos e Tecnologias de Gestão; Grupo de Estudos e Pesquisas de Inovação em Organizações; Núcleo de Estudos, Pesquisas e projetos em Energia – NEPPE; Estudo de Apicuns (Planícies Arenosas Hipersalinas) no Estado da Bahia; Grupo de Pesquisas e Inovação em Química; Grupo de Pesquisas em Educação Científica e Tecnológica; Grupo de Pesquisa Física Radiológica; Grupo de Pesquisa em Linguagem e Representação; Grupo de Pesquisa em História da Assistência à Saúde; Grupo de Pesquisa em Novas Tecnologias no Ensino de Física; Grupo de Pesquisa e Produção em Química – GPPQ; Grupo de Pesquisa Biofísica Teórica e Computacional; Grupo de Pesquisa em Biotecnologia e Meio ambiente – BIOMA; Grupo de Pesquisa sobre Tecnologias em Saúde; Grupo de Pesquisa sobre Processos Avançados para Tratamento de Efluentes Domésticos; Grupo de Pesquisa em Construção Civil; Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento de Materiais e Ensaio; Grupo de Pesquisa em Sinais e Sistemas; Grupo de Pesquisa em Ensaio Não-Destrutivos – GPEND.*

Com o propósito de apoiar as atividades relacionadas às pesquisas institucionais, em 2000 foi criado o FUNPED – Fundo de Pesquisa e Desenvolvimento e o PIICT – Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFBA. A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação exerce a administração do FUNPED para o qual

é destinado 20% da arrecadação própria do IFBA com a finalidade de promover o desenvolvimento da pesquisa institucional.

O PIICT do IFBA tem como objetivos fomentar a participação dos estudantes no desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, estimular o aumento da produção científica e tecnológica, contribuir para a sistematização e institucionalização da pesquisa.

Em 2009, o IFBA ofereceu 10 (dez) bolsas PIBIC-IC¹, com recursos da própria Instituição e 40 (quarenta) bolsas PIBIC-IC, com recursos da FAPESB; também com recursos da FAPESB foram oferecidas 70 (setenta) bolsas PIBIC-Jr². Ainda em 2009, foram oferecidas 13 (treze) bolsas PIBITI³ com recursos do CNPq, e 6 (seis) bolsas PIBITI com recursos do próprio IFBA. Além disso, através do Programa Institucional de Qualificação Docente da Rede Federal de Educação Tecnológica - PIQDTec, firmado entre a SETEC e a CAPES, o IFBA recebeu em 2006, 7 (sete) bolsas CAPES – PIQDTec, sendo 4 (quatro) em nível de Mestrado e 3 (três) em nível de Doutorado. Atualmente, oferece, ainda dentro do Programa de CAPES/PIQDTec, 4 (quatro) bolsas em nível de mestrado e 11 (onze) bolsas em nível de doutorado.

A pesquisa no IFBA tem por princípio a vinculação estreita com a ciência, tecnologia e inovação destinada à construção da cidadania, da democracia, de defesa do meio ambiente e da vida, da criação e produção solidárias em uma perspectiva emancipadora. Deve buscar ainda a articulação com o ensino e a extensão de forma verticalizada entre os diversos níveis e modalidades de ensino e áreas técnicas/tecnológicas, promovendo oportunidades para uma educação continuada.

Neste sentido, a instituição deverá:

- ✓ Estimular a realização de atividades de pesquisa e de inovações tecnológicas;
- ✓ Organizar as atividades de pesquisa em projetos, vinculadas às linhas e grupos de pesquisa;

¹ PIBIC-IC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (para alunos da Educação Superior)

² PIBIC-Jr - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (para alunos da Educação Profissional)

³ PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

- ✓ Estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa que favoreçam o fortalecimento da área específica de conhecimento, bem como a articulação entre as diversas áreas;
- ✓ Implementar um programa permanente de fomento, avaliação e acompanhamento das atividades de pesquisa;
- ✓ Alocar recursos para a pesquisa, de acordo com as prioridades institucionais, com critérios de mérito científico e com as especificidades de cada área do conhecimento;
- ✓ Estimular a socialização e divulgação interna e externa da produção científica do IFBA;
- ✓ Articular e apoiar o relacionamento com agências de fomento, de forma a garantir o pleno desenvolvimento das atividades de pesquisa para projetos de iniciação científica, especializações, mestrados, doutorados e pós-doutorados;
- ✓ Estimular o estabelecimento de acordos de cooperação com universidades, instituições, organizações e redes de pesquisa, visando a aprimorar a qualidade da pesquisa e a formação dos envolvidos.

Respeitando-se os princípios acima indicados, serão consideradas atividades de pesquisa a produção do conhecimento realizada por grupos de pesquisa ou servidor, individualmente, no sentido do desenvolvimento tecnológico, científico, artístico e cultural, bem como no sentido da qualificação da ação pedagógica dos docentes do IFBA. Além disso, serão consideradas atividades resultantes da pesquisa ou complementares a ela:

- ✓ Publicação de artigos científicos em revistas científicas, congressos, simpósios e seminários, nacionais ou internacionais;
- ✓ Participação em congressos, simpósios, seminários e outros eventos técnico-científicos, de abrangência local, regional, nacional e internacional, como moderador, debatedor, coordenador, secretário ou palestrante;
- ✓ Produção de livro técnico ou científico, capítulo de livro;
- ✓ Editoração, organização e/ou tradução de livros técnicos/científicos;
- ✓ Inventos e demais produtos de pesquisa como registro de patente;

- ✓ Produção de manual técnico e/ou didático e relatório técnico, desde que resultante de projeto de pesquisa, devidamente aprovado pelo departamento acadêmico, e depositado na biblioteca;
- ✓ Participação, como editor-chefe, associado ou membro de conselho científico, em editoras de revistas científicas indexadas;
- ✓ Orientação ou co-orientação de monografias, dissertações ou teses;
- ✓ Outras atividades correlatas de interesse institucional, tais como projetos de pesquisa e outras avaliações.

5.2. Plano de Qualificação Institucional – PQI

O Plano de Qualificação Institucional (PQI) tem por objetivo o estabelecimento de metas para que a Instituição possa consolidar o ensino e a pesquisa, em consonância com as expectativas e necessidades das comunidades interna e externa, bem como traçar diretrizes para a qualificação dos seus servidores.

O referido plano deverá:

- I. Fornecer subsídios para evitar o prevalecimento da decisão individual no processo de qualificação;
- II. Estabelecer relação entre as áreas e linhas de pesquisa do IFBA e a realidade local, regional e nacional;
- III. Definir procedimentos para acompanhamento do processo de qualificação institucional e de sua avaliação;
- IV. Promover a criação de condições para a continuidade do trabalho na Instituição, após a conclusão da qualificação.

5.3. Qualificação atual dos servidores da Instituição

De acordo com os dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Instituição, de 2009 até 2013 a Instituição pretende qualificar seus servidores, docentes e técnico-administrativos, com os seguintes cursos:

Tabela 7 - Projeção da qualificação dos servidores

Metas	2009	2010	2011	2012	2013
Ofertar curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (Mestrado em Engenharia Mecânica) para os servidores	X				
Ofertar curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> em “Educação de Jovens e Adultos” com reserva de vagas para servidores, em Salvador e em outros Campi ⁴	X	X			
Ofertar curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> em “Gestão de Instituições de Ensino” com reserva de vagas para servidores, em Salvador	X	X	X	X	
Ofertar curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> em “Engenharia Clínica” com reserva de vaga para servidores, em Salvador		X	X	X	X
Ofertar curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> em “Segurança, Meio Ambiente e Saúde” com reserva de vaga para servidores, em Salvador		X	X	X	X
Ofertar curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> em “Gestão e Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas” com reserva de vaga para servidores, em Salvador		X	X	X	X
Ofertar pelo menos um curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na modalidade MINTER, por ano, para qualificação dos servidores	X	X	X	X	X
Ofertar curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (Doutorado em Estatística) para os servidores	X	X	X	X	
Ofertar curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (Doutorado em Ciência e Engenharia dos Materiais) para os servidores	X	X	X	X	
Ofertar pelo menos um curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na modalidade DINTER, para qualificação dos	X	X	X	X	X

⁴ Em 2008, nas Unidades Eunápolis e Barreiras; em 2009, nas Unidades Eunápolis, Barreiras e Vitória da Conquista.

servidores					
------------	--	--	--	--	--

5.4. Pesquisa

Tabela 8 - Projetos de Pesquisa concluídos e em execução (2008)

PROJETOS DE PESQUISA				
Nº	CAMPUS	EM EXECUÇÃO	CONCLUÍDOS	TOTAL
1	Salvador	74	68	142
2	Simões Filho	4	---	4
3	Eunápolis	3	---	3
4	Santo Amaro	1	---	1
5	Valença	3	---	3
6	Camaçari	1	---	1
7	Porto Seguro	9	4	13
8	Vitória da Conquista	10	9	19
TOTAL		105	81	186

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Tabela 9 – Publicação científica (2008)

Trabalhos publicados em anais revistas indexadas		
Nº	CAMPUS	Quantitativo
1	Salvador	85
2	Simões Filho	27
3	Barreiras	2
4	Eunápolis	6
5	Santo Amaro	1
6	Camaçari	3
7	Porto Seguro	18
8	Vitória da Conquista	16
TOTAL		158

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Tabela 10 – Distribuição de bolsas (Iniciação Científica e Tecnológica)

CAMPUS	2007 (Ago/07 a Jul/08)					2008 (Ago/08 a Jul/09)					2009 (Ago/09 a Jul/10)					
	FAPES B		CEFET-BA	CNP q		FAPES B		CEFET-BA	CNP q		FAPES B		IFB A	CNP q		IFB A
	PIBIC-IC	PIBIC-JR	PIBIC-IC	PIBITI	TOTAL 2007	PIBIC-IC	PIBIC-JR	PIBIC-IC	PIBITI	TOTAL 2008	PIBIC-IC	PIBIC-JR	PIBIC-IC	PIBITI	PIBITI	TOTAL 2009
Salvador	17	28	14	10	69	16		12	8	36	27		2	6		35
Conquista	03	02	02	0	7	3		4	1	8	12		6		2	20
Eunápolis								1		1	1					1
Barreiras																
Simões Filho						1		1	1	3				4	1	5
Santo Amaro																
Camaçari													1			1
Porto Seguro																
Valença																
TOTAL	20	30	16	10	76	20		18	10	48	40		9	13		62

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Tabela 11 - Projeção ao desenvolvimento da pesquisa, publicação científica e bolsas.

Objetivos	Metas (%)	Ano				
		2009	2010	2011	2012	2013
Estabelecer as atividades de pesquisa e iniciação científica no ensino médio e técnico – Iniciação Júnior.	Apresentação de 50 trabalhos anuais em encontros e congressos regionais e/ou nacionais, a partir de projetos de pesquisa nos níveis médio e técnico desenvolvidos na instituição.			X	X	X
Ampliar o número de trabalhos publicados						
Ampliar o número de bolsas ofertadas						

5.5. Pós-Graduação

Tabela 12 - Alunos matriculados na Pós-Graduação (2008)

NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO	CAMPUS	Nº de Alunos Matriculados
Especialização- PROEJA	Salvador	36
	Barreiras	35
	Eunápolis	36
TOTAL		107

Fonte: Relatório de Gestão 2008

Tabela 13 – Projeção de alunos matriculados na Pós-Graduação do Campus Valença

Objetivos	Metas (%)	Ano				
		2009	2010	2011	2012	2013
Avaliação a respeito da implantação de cursos de pós-graduação	Instituir um núcleo de avaliação para implantação de pós-graduação <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> para as licenciaturas					X

6. Extensão

6.1. Políticas de Extensão

A política da extensão no IFBA é norteada pelas diretrizes definidas no Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação Tecnológica, realizado em maio de 2009 e pelas propostas oriundas das Universidades Públicas, bem como das contribuições contidas no seu PPI, tendo como referência a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Por meio da extensão, o IFBA promoverá a difusão, a socialização e a democratização do conhecimento produzido e existente na Instituição. Ao estabelecer uma relação dialógica com o conhecimento, a extensão promove a troca de saberes com a sociedade.

A extensão deve estar compreendida como o espaço em que o IFBA promove a articulação entre o saber fazer e a realidade sócio-econômica, cultural e ambiental da região. Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação devem se articular tendo como perspectiva o desenvolvimento local e regional, possibilitando assim, a imbricação/interação necessária a vida acadêmica.

A extensão, entendida como prática acadêmica que deve interligar o IFBA nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas existentes, contribui para a formação de um profissional cidadão e credencia a Instituição junto à sociedade como um espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

O IFBA se depara com demandas sociais que impõem um diálogo permanente entre a instituição e a comunidade e isto deve estar refletido no dia-a-dia, envolvendo necessariamente ações em relação: a democratização das informações (que podem ser traduzidas em ações como cursos de formação inicial e continuada, eventos, etc.), o desenvolvimento social e tecnológico (que pressupõe pesquisa, prestação de serviços, projetos tecnológicos) e a melhoria da qualidade de vida da população (ações voltadas para o desenvolvimento social da comunidade, incluindo a educação especial e na área cultural).

A extensão tem um grande leque de atuação e conseqüentemente, cria um manancial de dados que precisa ser sistematizado, com objetivo de dar visibilidade à contribuição da extensão no contexto local, regional e nacional.

6.2. Dimensões da Extensão

1. Projetos Tecnológicos: Atividades de pesquisa e/ou desenvolvimento em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham uma interface de aplicação.
2. Serviços Tecnológicos: Consultoria, assessoria, prestação de serviços para o mundo produtivo.
3. Eventos: Ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna.

4. Projetos Sociais: Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.
5. Estágio e Emprego: Compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento e documentação).
6. Cursos de Extensão: Ação pedagógica de caráter teórico e prático, com critérios de avaliação definidos e oferta não regular.
7. Projetos Culturais Artísticos e Esportivos: Compreende ações referentes a atividades culturais, artísticas e esportivas.
8. Visitas Técnicas e Gerenciais: Interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.
9. Empreendedorismo/cooperativismo: Compreende o apoio a formação empreendedora e ao desenvolvimento do cooperativismo.
10. Acompanhamento de egressos: Constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.
11. Relações Internacionais: Tem por finalidade intercâmbios e a cooperações internacionais, como um instrumento para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.

6.3. Objetivos da Extensão

A atividade de extensão do IFBA tem os seguintes objetivos:

- Reafirmar a extensão como processo acadêmico indispensável à formação do estudante, à qualificação do corpo técnico/docente e ao intercâmbio com a sociedade;

- Estruturar, desenvolver, implementar, avaliar e reavaliar sistemática e periodicamente ações, projetos e programas multi, inter ou transdisciplinar e interprofissional;
- Propiciar ao estudante, prioritariamente, na sua área de formação profissional, o acesso a atividades que contribuam para a sua formação artística, cultural, ética e para o desenvolvimento do senso crítico, da cidadania e da responsabilidade social;
- Propiciar à sociedade o acesso ao IFBA, por meio de cursos de extensão, da prestação de serviços, da participação em eventos culturais e artísticos ou outras atividades que garantam os objetivos da Instituição e o atendimento das necessidades do desenvolvimento sustentável regional;
- Complementar a relação IFBA/Sociedade por meio da democratização do saber acadêmico e pelo estabelecimento de um processo contínuo de debates, fomento de idéias e vivências;
- Estender à sociedade os resultados das atividades de ensino e pesquisa, por meio da elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos;
- Estruturar e desenvolver mecanismos que promovam a interação contínua e recíproca entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Viabilizar ações, projetos e programas de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Incentivar ações permanentes voltadas para a Formação Inicial e Continuada (FIC) de profissionais, considerando os aspectos socioeconômicos da região, em parceria com instituições municipais, estaduais e federais, bem como no âmbito da iniciativa privada e organizações sem fins lucrativos.

Serão consideradas atividades de extensão as ações de caráter comunitário, incluindo atividades de divulgação artística, esportivo, cultural, científica e tecnológica, remuneradas ou não, de iniciativa da Instituição ou de servidores, compreendendo:

- I. Elaboração, coordenação ou aula em cursos de educação continuada aprovada pela Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Ensino;

- II. Coordenação ou participação como membro de programa/projeto de extensão institucional apoiado pelo IFBA (comunitário, cultural, esportivo ou similar);
- III. Participação em projeto de extensão financiado por órgão público ou privado;
- IV. Orientação de estagiário-bolsistas em projeto de extensão registrados na Pró-Reitoria de Ensino;
- V. Coordenação ou participação como membro de comissão técnica ou de programa de eventos técnico-científicos comprovados pela Pró-Reitoria de Extensão e Pró-Reitoria de Ensino;
- VI. Outras atividades correlatas de interesse institucional.

As Atividades de Extensão, propostas por iniciativa dos servidores, deverão estar de acordo com os interesses institucionais e com o regulamento definido pela Pró-Reitoria de Extensão.

6.4. Formação Inicial e Continuada

Tabela 14 - Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC (2008)

CAMPUS	Quantitativo	Número de treinados	Carga horária total
Barreiras	0	0	0
Camaçari	5	177	202
Eunápolis	0	0	0
Porto Seguro	0	0	0
Salvador	4	90	240
Santo Amaro	0	0	0
Simões Filho	7	162	1.460
Valença	2	220	240
Vitória da Conquista	2	45	75
TOTAL	20	694	2.217

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias

Tabela 15 - Projeção da oferta de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)

Objetivos	Campus	Meta: Total de cursos FIC/ano				
		2009	2010	2011	2012	2013
Ampliar a oferta de cursos de FIC	Barreiras					
	Camaçari					
	Eunápolis					
	Porto Seguro					
	Salvador					
	Santo Amaro					
	Simões Filho					
	Valença		160	160	160	160
	Vitória da Conquista					
TOTAL						

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias

Tabela 16– Projeção do número de estágios realizados pelos estudantes do IFBA

Objetivos	Campus	Meta: Total de cartas de estágios emitidas/ano				
		2009	2010	2011	2012	2013
Prospectar a oferta de estágios para a inclusão de um maior número de estudantes do IFBA no mundo do trabalho.	Barreiras					
	Camaçari					
	Eunápolis					
	Porto Seguro					
	Salvador					
	Santo Amaro					
	Simões Filho					
	Valença	03	04	04	04	04
Vitória da Conquista						
TOTAL						

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias

Tabela 17– Projeção do número de visitas técnicas realizados pelos estudantes do IFBA

Objetivos	Campus	Meta: Total de visitas/ano				
		2009	2010	2011	2012	2013
Prospectar uma maior interface acadêmica com mundo trabalho por meio de visitas técnicas.	Barreiras					
	Camaçari					
	Eunápolis					
	Porto Seguro					
	Salvador					
	Santo Amaro					
	Simões Filho					
	Valença	23	25	25	25	25
Vitória da Conquista						
TOTAL						

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias

Tabela 18 – Projeção da oferta de Serviços Tecnológicos

Objetivos	Campus	Meta: Total de Serviços Tecnológicos realizados/ano				
		2009	2010	2011	2012	2013
Viabilizar atendimento de consultorias, assessorias, projetos e prestação de serviços ao mundo produtivo.	Barreiras					
	Camaçari					
	Eunápolis					
	Porto Seguro					
	Salvador					
	Santo Amaro					
	Simões Filho					
	Valença					
Vitória da Conquista						
TOTAL						

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias

Tabela 19 – Projeção da oferta de Projetos Sociais

Objetivos	Campus	Meta: Total de projetos realizados/ano				
		2009	2010	2011	2012	2013
Ampliar a realização de projetos sociais, culturais,	Barreiras					
	Camaçari					

artísticos e esportivos.	Eunápolis					
	Porto Seguro					
	Salvador					
	Santo Amaro					
	Simões Filho					
	Valença					
	Vitória da Conquista					
TOTAL						

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias

Tabela 20 – Projeção da oferta de eventos

Objetivos	Campus	Meta: Total de eventos realizados/ano				
		2009	2010	2011	2012	2013
Ampliar a realização de eventos educacionais, científicos, tecnológicos, artísticos e culturais e esportivos.	Barreiras					
	Camaçari					
	Eunápolis					
	Porto Seguro					
	Salvador					
	Santo Amaro					
	Simões Filho					
	Valença	04	06	08	08	08
Vitória da Conquista						
TOTAL						

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias

7. Gestão

Objetivo : Aumentar a produtividade e melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo IFBA nas áreas de gestão de pessoas, recursos físicos e organizacionais.

7.1. Políticas de Gestão

A gestão democrática deve ser o embasamento para a consolidação do projeto da instituição de ensino e de formação que se pretende constituir. Gerir democraticamente uma Instituição de Ensino pressupõe a abertura de novos espaços e rumos para o desenvolvimento de projetos institucionais. Pressupõe, ainda, transparência no trato administrativo, socializando todos os atos e decisões que afetam as relações trabalhistas, educativas e sociais no IFBA.

Assim, a gestão do IFBA deve estar apoiada na concepção de que as pessoas são agentes de mudança e, portanto, cada um (discentes, servidores, pais ou representantes da comunidade), é indispensável na construção da gestão. Desta forma, o grande desafio é garantir a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, mantendo a autonomia pedagógica, administrativa e financeira de forma democrática. A proposta deve ainda garantir o cumprimento dos direitos e deveres de todos os segmentos da instituição.

Neste cenário, as decisões e os procedimentos organizativos precisarão ser acompanhados e constantemente avaliados, mutuamente, entre a gestão e os demais setores da comunidade escolar, como forma de reorientação de rumos e ações, visando à tomada de decisões.

Neste sentido, a gestão terá como estratégias:

- Promover a gestão com foco no atendimento das necessidades da sociedade;
- Construir e implementar um modelo de gestão democrática, caracterizado pela eficácia, eficiência e desenvolvimento contínuo de competências nas relações do trabalho;
- Gerir e manter controle sobre os recursos públicos necessários ao bom desempenho da gestão;
- Buscar a profissionalização no atendimento e do serviço público no IFBA com a melhoria qualitativa da força de trabalho;
- Apoiar os órgãos de controle na prevenção e combate à corrupção, fortalecendo a auditoria interna, controle interno administrativo e a correição;
- Fortalecer ações em defesa dos princípios éticos no ambiente de trabalho;
- Articular os segmentos do IFBA para o fortalecimento da Instituição como referência no ensino, pesquisa e extensão no âmbito regional;
- Simplificação nos processos de atendimento ao cidadão;
- Manter o controle da programação plurianual do orçamento e o aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação;

7.1.1 Políticas de Gestão no Campus Valença

Com base em ANDRADE(1992), uma perspectiva e análise entende que a gestão democrática deve ser aquela pautada na descentralização do poder, e não apenas das ações; que conjugue os mecanismos formais de eleições de diretores, com práticas de participação política (decidir sobre, onde, como, e em que) nos Conselhos Escolares e/ou assembleias e fóruns deliberativos, sobre as questões prioritárias da unidade escolar e que contemple, de fato, a concretude da função social da escola, através do espaço plural de negociação de conflitos e/ou estabelecimento de consensos e acordos. Diante disso, questionamos o estágio atual desse processo na escola, no confronto entre o dito e o feito, a fim de apreender em que medida a gestão democrática vem de fato se

consolidando de forma operacional na escola. As vivências no ambiente escolar demonstram claramente o campo de tensão existente entre os propósitos democratizantes, historicamente defendidos pelos setores progressistas, com os da “modernização”. Assim concordamos com Lima (2001, p. 135), quando argumenta que:

As tensões entre democratização e modernização parecem ficar bem expressas através da consideração dos conflitos entre participação política e integração, autonomia e descentralização funcional, projecto educativo e cooperação/consenso, controle da qualidade e sentidos divergentes de qualidade, racionalidade técnico-burocrática ao nível do sistema global de controlo e (pluri)racionalidade política dos actores periféricos, optimização e satisfação etc.

Em: O DISCURSO E A PRÁTICA DA GESTÃO ESCOLAR: PROPÓSITOS MODERNIZANTES X PROPÓSITOS DEMOCRATIZANTES

ANDRADE, Maria Edgleuma de – UERN – acessado de

<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT05-1992--Int.pdf>

LIMA, L. C. **A escola como organização educativa: uma abordagem sociológica.** São Paulo. Cortez, 2001.

7.2. Gestão de Pessoas

7.2.1. Corpo Docente Efetivo por Titulação

Tabela 21 - Corpo Docente Efetivo por Titulação

CAMPUS	DOCENTES/TITULAÇÃO						TOTAL
	NÃO GRADUADO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	PÓS-DOUTORADO	
Salvador	04	29	92	135	46	01	307
Barreiras	-	03	21	06	02	-	32
Eunápolis	-	01	17	12	02	-	32
Santo Amaro	-	06	12	16	05	-	39
Simões Filho	-	10	15	12	08	-	45
Valença	-	03	15	09	-	-	27
Vit. Conquista	-	04	17	20	07	-	48
Porto Seguro	-	04	06	15	05	01	31
Camaçari	-	07	06	09	02	-	24
TOTAL 2008	04	67	201	234	77	02	585
TOTAL 2007	05	54	203	191	64	1	518
TOTAL 2006	05	73	189	155	46	0	468

Tabela 22 - Projeção do Corpo Docente Efetivo por Titulação

CAMPUS	TITULAÇÃO																									
	Graduação					Especialização					Mestrado					Doutorado					Pós-Doutorado					
	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	
Salvador																										
Barreiras																										
Camaçari																										
Eunápolis																										
Porto Seguro																										
Santo Amaro																										
Simões Filho																										
Valença						1	1	1	1		1	1	1	1			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vitória da Conquista						6	5	5	5		4	4	3	0	0		1	2	4	4	4	0	0	1	1	
TOTAL																										

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas – DGR / Departamentos Acadêmicos/Unidades de Ensino

7.2.2. Carga horária de docentes efetivos

Tabela 23 - Carga horária de docentes efetivos (2008)

CAMPUS	DE	40H	20H	TOTAL
Salvador	232	44	31	307
Barreiras	28	04	-	32
Eunápolis	29	03	-	32
Santo Amaro	39	-	-	39
Simões Filho	44	-	01	45
Valença	23	04	-	27
Vitória da Conquista	44	03	01	48
Porto Seguro	31	-	-	31
Camaçari	24	-	-	24
Total	494	58	33	585

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas – DGR / Departamentos Acadêmicos/*Campi*

Tabela 24 - Projeção da carga horária de docentes efetivos

CAMPUS	DE					40H					20h					TOTAL
	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	
Salvador																
Barreiras																
Eunápolis																
Santo Amaro																
Simões Filho																
Valença	2 8	4 0	4 5	5 0	6 0	0 2										
Vitória da Conquista																
Porto Seguro																
Camaçari																
Total																

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas – DGR / Departamentos Acadêmicos/*Campi*

7.2.3. Quadro de Técnico-Administrativo por Formação/Titulação

Tabela 25 - Quadro de Técnico-Administrativo por Formação/Titulação

CAMPUS	TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS/FORMAÇÃO/TITULAÇÃO						TOTAL 2008	TOTAL 2007	TOTAL 2006
	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO			
Salvador	43	121	65	43	07	01	280	269	248
Barreiras	04	21	10	07	02	-	44	42	43
Eunápolis	-	03	05	06	-	-	14	12	12
Santo Amaro	-	12	17	06	-	-	35	15	6
Simões Filho	05	09	15	15	-	-	44	30	30
Valença	-	05	07	-	-	-	12	12	11
Vitória da Conquista	-	10	9	-	-	-	19	19	14
Porto Seguro	-	11	13	07	-	-	31	-	-
Camaçari	-	05	12	04	-	-	21	-	-
TOTAL	52	197	153	88	09	01	500	405	364

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas – DGR / Departamentos Acadêmicos/Campi

Tabela 26 - Projeção do Quadro de Técnico-Administrativo por Formação/Titulação

CAMPUS	TÉCNICO-ADMINISTRATIVO/FORMAÇÃO/TITULAÇÃO																													
	Ens. Fundamental					Ensino Médio					Graduação					Especialização					Mestrado					Doutorado				
	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013
Salvador																														
Barreiras																														
Camaçari																														
Eunápolis																														
Porto Seguro																														
Santo Amaro																														
Simões Filho																														
Valença											10	02	04	04	04	04	04				01	01								
Vitória da Conquista																														
TOTAL																														

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas – DGR / Departamentos Acadêmicos/Campi

7.2.4. Técnico- Administrativo por Campus e carga horária

Tabela 27 - Técnico-Administrativo por Campus e carga horária

CAMPUS	40H	30H	20H	TOTAL
Salvador	274	03	03	280
Barreiras	40	03	01	44
Camaçari	21	-	-	21
Eunápolis	14	-	-	14
Santo Amaro	32	-	03	35
Simões Filho	42	-	02	44
Valença	12	-	-	12
Vitória da Conquista	19	-	-	19
Porto Seguro	31	-	-	31
Total 2008	485	06	09	500
Total 2007	398	5	2	405

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas – DGR / Departamentos Acadêmicos/*Campi*

Tabela 28 Projeção do Técnico-Administrativo por Campus e carga horária

TITULAÇÃO	Técnico administrativo por carga horária				
	2009	2010	2011	2012	2013
	40 h	40h	40h	40h	40h
Graduação	10		02		
Especialização	04	04			
Mestrado	01			01	
Doutorado					
Pós-Doutorado					
TOTAL	15	04	02	01	

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas – DGR / Departamentos Acadêmicos/*Campi*

7.3. Acervo bibliográfico

Tabela 29 - Acervo Bibliográfico (2008)

Campus	Títulos	Exemplares	Periódicos
Barreiras	1.479	2.548	0
Camaçari	245	1.066	339
Eunápolis	4.611	8.314	1.440
Porto Seguro	358	1.024	265
Salvador	10.707	37.589	1.409
Santo Amaro	850	2.664	24
Simões Filho	1.029	3.721	0
Valença	1.260	2.471	0
Vitória da Conquista	2.600	7.380	250
TOTAL	23.139	66.777	3.727

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG/2008

Tabela 30 – Projeção de títulos do acervo bibliográfico

Objetivos	Campus	Meta: Total de eventos realizados/ano				
		2009	2010	2011	2012	2013
Ampliar a atualizar o acervo bibliográfico das bibliotecas	Barreiras					
	Camaçari					
	Eunápolis					
	Porto Seguro					
	Salvador					
	Santo Amaro					
	Simões Filho					
	Valença	780	1380	1410	1440	1470
	Vitória da Conquista					
TOTAL						

Fonte: Biblioteca/Campi

Tabela 31 – Projeção de exemplares do acervo bibliográfico

Objetivos	Campus	Meta: Total de eventos realizados/ano				
		2009	2010	2011	2012	2013
Ampliar o número de exemplares do acervo bibliográfico das bibliotecas	Barreiras					
	Camaçari					
	Eunápolis					
	Porto Seguro					
	Salvador					
	Santo Amaro					
	Simões Filho					
	Valença	3776	5576	5696	5816	5936
Vitória da Conquista						
TOTAL						

Fonte: Biblioteca/Campi

Tabela 32 – Projeção de periódicos do acervo bibliográfico

Objetivos	Campus	Meta: Total de eventos realizados/ano				
		2009	2010	2011	2012	2013
Ampliar o número de periódicos do acervo bibliográfico das bibliotecas	Barreiras					
	Camaçari					
	Eunápolis					
	Porto Seguro					
	Salvador					
	Santo Amaro					
	Simões Filho					
	Valença	46*	04	09	09	09
Vitória da Conquista						
TOTAL						

Fonte: Biblioteca/Campi

***não possui assinaturas são doações antigas**

Investimentos e custeios

Tabela 33 - Investimentos/custeios por Ações de Programas de Governo (2008)⁵

Programas de Governo e ações interligadas	Orçamento	
	(R\$)	(%)
Programa: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		
Prestação de serviços à comunidade	31.400,00	
Funcionamento da Educação Profissional ⁶	2.092.002,00	
Assistência ao educando da Educação Profissional	220.632,00	
Acervo bibliográfico para as Instituições da rede Federal de Educação Profissional	260.940,00	
Capacitação de recursos humanos da Educação Profissional	42.236,00	
Veículo e transporte escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional	200.000,00	
Programa: Gestão da Política de Educação		
Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação e requalificação	35.000,00	
Programa: Brasil Universitário ⁷		
Funcionamento de Cursos de Graduação ⁸	974.565,00	
Assistência ao educando do Ensino de Graduação	53.550,00	
Programa: Desenvolvimento do ensino da Pós-Graduação e Pesquisa		
Pesquisa universitária e difusão de seus resultados	78.483,00	
TOTAL	3.988.808,00	100%

Fonte: Pró-Reitoria de Administração e Planejamento /DOF

⁵ Os valores apresentados nesta tabela não representam a totalidade dos investimentos/custeios do IFBA, tendo sido incluídas ações com maior representação nos segmentos do ensino, pesquisa e/ou extensão;

⁶ Foi excluído desta ação elementos de despesas que não são exclusivas da Educação Profissional: limpeza e conservação, vigilância, energia, água, telecomunicação, reprografia e obrigações tributárias;

⁷ No Programa Brasil Universitário foi excluído da tabela a ação de contribuição da União para o Regime de Previdência Social;

⁸ Foram excluídos desta ação os valores que são destinados ao pagamento e benefícios de pessoal.

Tabela 34 - Projeção de Investimentos/custeios por Ações de Programas de Governo⁹

Programas de Governo e ações interligadas	Orçamento 2009		Orçamento 2010		Orçamento 2011		Orçamento 2012		Orçamento 2013	
	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)	(R\$)	(%)
Programa: Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica										
Prestação de serviços à comunidade										
Funcionamento da Educação Profissional ¹⁰										
Assistência ao educando da Educação Profissional										
Acervo bibliográfico para as Instituições da rede Federal de Educação Profissional										
Capacitação de recursos humanos da Educação Profissional										
Veículo e transporte escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional										
Programa: Gestão da Política de Educação										
Capacitação de Servidores Públicos Federais em processo de qualificação e requalificação										
Programa: Brasil Universitário ¹¹										
Funcionamento de Cursos de Graduação ¹²										
Assistência ao educando do Ensino de Graduação										
Programa: Desenvolvimento do ensino da Pós-Graduação e Pesquisa										
Pesquisa universitária e difusão de seus resultados										
TOTAL	ND		1.495.013,00	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND

Fonte: Pró-Reitoria de Administração e Planejamento /DOF

7.4. Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de audiovisuais

Tabela 35 - Recursos computacionais (2008)

⁹ Os valores apresentados nesta tabela não representam a totalidade dos investimentos/custeios do IFBA, tendo sido incluídas ações com maior representação nos segmentos do ensino, pesquisa e/ou extensão;

¹⁰ Foi excluído desta ação elementos de despesas que não são exclusivas da Educação Profissional: limpeza e conservação, vigilância, energia, água, telecomunicação, reprografia e obrigações tributárias;

¹¹ No Programa Brasil Universitário foi excluído da tabela a ação de contribuição da União para o Regime de Previdência Social

¹² Foram excluídos desta ação os valores que são destinados ao pagamento e benefícios de pessoal.

ESPECIFICAÇÃO	CAMPUS	Quantitativo
Computadores	Salvador	662
	Simões Filho	117
	Barreiras	147
	Eunápolis	118
	Santo Amaro	91
	Valença	130
	Camaçari	32
	Porto Seguro	66
	Vitória da Conquista	213
TOTAL		1.576
Notebooks	Salvador	70
	Simões Filho	02
	Barreiras	05
	Eunápolis	02
	Santo Amaro	02
	Valença	07
	Camaçari	11
	Porto Seguro	-
	Vitória da Conquista	20
TOTAL		119
Fonte: DGTI/Campi Impressoras	Salvador	205
	Simões Filho	19
	Barreiras	27
	Eunápolis	15
	Santo Amaro	14
	Valença	42
	Camaçari	22
	Porto Seguro	15
	Vitória da Conquista	68
TOTAL		427

Tabela 36 - Recursos audiovisuais (2008)

EQUIPAMENTOS	QUANTITATIVO POR CAMPUS									
	Salvador	S.Filho	Barreiras	Eunápolis	Valença	Vitória da Conquista	Santo Amaro	Porto Seguro	Camaçari	TOTAL
Amplificador de som	09	01	01	02	00	06	00	00	00	19
Câmara de vídeo	10	00	00	00	00	00	00	00	00	10
Câmara filmadora	11	03	02	02	02	06	00	01	01	28
Câmara fotográfica	14	06	01	01	02	02	00	01	01	28
Aparelho de DVD	20	10	05	02	05	05	06	11	03	67
Mesa de som	01	01	01	01	00	02	00	00	01	7
Microsystem	27	03	05	02	03	00	00	00	00	40
Microfone	18	04	05	12	01	05	00	01	03	49
Navegador GPS	06	00	00	00	01	01	00	00	01	9
Projeter Multimídia	66	14	09	04	07	20	03	05	09	137
Receptor de Satélite	01	00	00	02	00	00	00	00	00	3
Retroprojeter	74	12	10	04	07	16	01	00	00	124
Tela de projeção	22	07	02	00	16	00	00	00	11	58
Televisor de 14"	04	00	00	00	00	00	00	00	00	4
Televisor de 16"	01	00	00	00	00	00	00	00	00	1
Televisor de 17"	01	00	00	00	00	00	00	00	00	1
Televisor de 20"	07	00	01	03	03	01	00	10	00	25
Televisor de 24"	00	00	00	00	02	00	00	00	00	2
Televisor de 29"	33	08	09	03	03	04	06	00	02	68
Televisor de 33"	01	00	00	01	00	03	00	00	00	5
Televisor de 34"	00	00	00	00	00	00	00	01	00	1
Televisor de 37"	03	00	00	00	00	00	00	00	00	3
Televisor de 42"	00	00	00	00	00	05	00	00	00	5
TOTAL GERAL	329	69	51	39	52	76	16	30	32	694

Fonte: PROENS/Campi

Tabela 37 - Projeção de recursos TIC (computadores de mesa)

Objetivo	Campus	Meta: Total de computadores/ano				
		2009	2010	2011	2012	2013
Ampliar o número de computadores de mesa	Barreiras					
	Camaçari					

	Eunápolis					
	Porto Seguro					
	Salvador					
	Santo Amaro					
	Simões Filho					
	Valença	95	175*			
	Vitória da Conquista					
TOTAL						

Fonte: DGTI/Campi

- Não acumulativo refere-se a aquisição a partir de 2010

Tabela 38 - Projeção de recursos TIC (notebooks)

Objetivo	Campus	Meta: Total de computadores				
		2009	2010	2011	2012	2013
Ampliar o número de notebooks	Barreiras					
	Camaçari					
	Eunápolis					
	Porto Seguro					
	Salvador					
	Santo Amaro					
	Simões Filho					
	Valença	06	15*			
Vitória da Conquista						
TOTAL						

Fonte: DGTI/Campi

- Não acumulativo refere-se a aquisição a partir de 2010

Tabela 39 - Tabela 38 - Projeção de recursos TIC (projetores multimídia)

Objetivos	Campus	Meta: Total de salas de TC				
		2009	2010	2011	2012	2013
Ampliar número de projetores multimídia (datashow)	Barreiras					
	Camaçari					
	Eunápolis					
	Porto Seguro					
	Salvador					
	Santo Amaro					
	Simões Filho					
	Valença	08	06*			
	Vitória da Conquista					
TOTAL						

Fonte: DGTI/Campi

- Não acumulativo refere-se a aquisição a partir de 2010

Tabela 40 - Projeção de recursos TIC (sala de teleconferência)

Objetivos	Campus	Meta: Total de salas de TC				
		2009	2010	2011	2012	2013
Implantar ou ampliar o número de salas de teleconferências	Barreiras					
	Camaçari					
	Eunápolis					
	Porto Seguro					
	Salvador					

	Santo Amaro					
	Simões Filho					
	Valença		01			
	Vitória da Conquista					
TOTAL						

Fonte: DGTI/Campi

8. Avaliação Institucional

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, organiza-se como sistema de avaliação global e integra três modalidades de avaliação: Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES) que estabelece como procedimentos a autoavaliação e a avaliação externa in loco; Avaliação do Desempenho dos Estudantes realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE); e Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) com a obrigatoriedade de visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas de conhecimento.

A avaliação é uma ferramenta de gestão que auxilia a administração a conhecer as potencialidades e as carências da Instituição, subsidiando a tomada de decisão com vistas à melhoria e a manutenção da qualidade de ensino, pesquisa e extensão.

A autoavaliação institucional no IFBA, nos moldes do SINAES, ocorreu no ano de 2005 com avaliação global e dos aspectos didático-pedagógicos de todas as modalidades de ensino em todos os campi, abarcando as dimensões estabelecidas na referida lei; em 2006 com a avaliação dos aspectos didático-pedagógicos da Educação Superior e mais recentemente, a avaliação correspondente ao biênio 2007-2008, de modo similar àquela realizada em 2005.

8.1. Comissão Própria de Avaliação (CPA)

O SINAES estabelece que a Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado formado por todos os segmentos da comunidade acadêmica e de representantes da sociedade civil organizada, vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos, tem por atribuições a condução dos processos de avaliação internos da Instituição, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), consideradas as diretrizes, critérios e estratégias emanadas da Comissão

Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A Lei estabelece, ainda, como diretriz que a CPA terá atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição.

Para colaborar na condução da autoavaliação institucional em cada Campus, foram criadas as Comissões Setoriais de Avaliação (CSA) que desenvolvem as atividades juntamente com a CPA.

8.2. Política de Avaliação Institucional

Na perspectiva de atender as necessidades de regulação do Estado e institucionalizar uma prática sistemática de avaliação, a CPA realiza periodicamente a autoavaliação institucional (global e dos aspectos didático-pedagógicos), de acordo com o SINAES, articulando regulação e avaliação educativa, possibilitando a participação dos segmentos da comunidade interna – alunos, docentes e técnicos – e da comunidade externa – pesquisa junto aos egressos e empresas.

A CPA, por compreender que a melhor forma de se autoavaliar é através de uma avaliação participativa e global, decidiu envolver na sua análise todos os níveis e modalidades de ensino e não somente da Educação Superior. Assim, podem participar do processo avaliativo todos os Campi e alunos regularmente matriculados.

9. Implementação, Acompanhamento e Avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional

A Comissão Coordenadora Geral do PDI foi constituída pela Reitoria com o objetivo de coordenar, orientar e sistematizar os trabalhos de construção do PDI 2009-2013. Esta comissão entende que a execução das metas institucionais, definidas e implementadas pelos seus diversos setores, deverá ser acompanhada, anualmente, pela PROAP do IFBA.

Compreende-se que a avaliação do PDI deverá ser anual, realizada pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – PRDI, devendo ser submetida à aprovação do Conselho Superior. Essa avaliação será subsidiada pela PROAP, no que refere aos resultados alcançados nas metas institucionais, bem como pelas Unidades e Setores responsáveis pela execução do plano. A CPA disponibilizará os dados referentes à

autoavaliação institucional, realizada segundo cronograma e relatórios emanados do processo avaliativo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 abr. 1997. p. 7.760.
- BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 jul. 2004.
- BRASIL. Decreto n. 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Brasília, DF, 2005b.
- BRASIL. Medida provisória n. 238, de 1º de fevereiro de 2005. Institui, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), cria o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e cargos em comissão, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 fev. 2005. p. 1.
- BRASIL. Medida Provisória n. 251, de 14 de junho de 2005. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos (PROUNI), institui o Programa de Educação Tutorial (PET), altera a Lei n. 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e dá outras providências. Brasília, DF, 2005a.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução n. 3, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o

Ensino Médio. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 ago. 1998a.

- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer n. 15, de 1 de junho de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 1998b.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução n. 4, de 8 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999a.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer n. 16, de 5 de outubro de 1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999b.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer n. 15, de 1 de junho de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 1998b.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução n. 4, de 8 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999a.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer n. 16, de 5 de outubro de 1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 1999b.
- PDI 2004-2008 (página do PDI - <http://www.cefetba.br/pdi/index.html>)
- Relatório de Avaliação Institucional–2007/2008 (<http://www.ifba.edu.br/cpa/>)
- PPI – 2007 (página do PDI - <http://www.cefetba.br/pdi/index.html>)

- Relatório de Gestão–2008(página do PDI - <http://www.cefetba.br/pdi/index.html>)
- Quatro Cenários Econômicos para o Brasil 2008-2014 – Macroplan, Prospectivos, Estratégia & Gestão. (www.macroplan.com.br)

